

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CLARA DA COSTA ALBUQUERQUE

**AS ATRIBUIÇÕES DAS ONGs NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DO BRASIL:**

Estudo de caso sobre a Anistia Internacional

**Recife
2021**

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CLARA DA COSTA ALBUQUERQUE

**AS ATRIBUIÇÕES DAS ONGs NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DO BRASIL:**

Estudo de caso sobre a Anistia Internacional

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof.Dr. Luciana Lira.

**Recife
2021**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

A345a Albuquerque, Maria Clara da Costa.
As atribuições das ONG's nas Relações Internacionais do Brasil:
estudo de caso sobre a Anistia Internacional / Maria Clara da Costa
Albuquerque. – Recife, 2021.
58 f. : il. color.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Luciana Lira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2021.
Inclui bibliografia.

1. ONGs. 2. Anistia Internacional. 3. Atribuições. 4. Política
externa. 5. Brasil. I. Lira, Luciana. II. Faculdade Damas da Instrução
Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2021.2-076)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CLARA DA COSTA ALBUQUERQUE

**AS ATRIBUIÇÕES DAS ONGs NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DO BRASIL:**

Estudo de caso sobre a Anistia Internacional

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof.Dr. Luciana Lira.

Aprovada em ____, de Dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

(Artemis Cardoso Holmes, Mestre em Direito)

(Luís Emmanuel Barbosa da Cunha, Mestre em Direito)

(Orientadora Luciana Lira, Doutora em Antropologia)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que esteve comigo sempre, me auxiliando nessa jornada de muitas lutas e conquistas, choros e sorrisos, visto que em muitos momentos pensei que não iria conseguir e até mesmo cogitei desistir, mas consegui superar os obstáculos graças a graça D'Ele.

Aos meus familiares, principalmente, aos meus pais, Ana Paula Albuquerque e João Carlos Albuquerque, e minha irmã, Maria Eduarda Albuquerque, que estiveram juntos comigo durante todos esses anos de luta e dedicação. Que sabem que minhas batalhas não foram fáceis, foram muitos obstáculos, mas também muitas realizações.

Ao meu namorado, Caio Valente, que vem me acompanhando em todo esse processo, apesar de todos os estresses e crises de ansiedade. Que me acolheu e sempre disse que iria dar certo.

Aos meus amigos pessoais e profissionais que estiveram comigo antes e durante a graduação, me dando forças e energias positivas para que eu construísse e continuasse construindo o que me tornei atualmente.

RESUMO

As Organizações Não-Governamentais são um grupo, sem fins lucrativos, de entidades que têm sua demanda de trabalho a partir das especificidades segmentares da sociedade civil. As transformações do campo internacional, produziu uma maior atuação da sociedade civil organizada em pautas sociais, com a globalização surgindo e modificando o conceito do sistema internacional criou-se um novo paradigma. Nesse novo contexto, consegue-se examinar o desempenho e atribuições das ONGs nas políticas domésticas e internacionais. Logo, a presente pesquisa conseguiu estudar o conceito e origem dessas instituições, assim como identificar suas colaborações com os Estados Nacionais, em especial, na política externa do Brasil, sendo o objeto de pesquisa em questão a entidade Anistia Internacional. O trabalho está dividido em três capítulos, dos quais, no primeiro, foram selecionadas teorias para dar sustentação aos contritos das Relações Internacionais relacionadas. Em seguida, no segundo capítulo, tem-se um breve levantamento histórico sobre a origem das ONGs, formação de seu conceito e sobre o desempenho das ONGs na política externa brasileira. Já o terceiro e último capítulo consiste no estudo de caso, que trata da atuação da Anistia Internacional no Brasil. Neste capítulo apresenta-se o que é a AI, sua história e atuação no Estado brasileiro, conseguindo corroborar a pesquisa a partir do método quantitativo e da técnica de análise documental. Assim, busca-se realizar uma análise e identificação das colaborações dessas instituições no cenário de políticas domésticas e internacionais.

Palavras-chave: ONGs; Anistia Internacional; Atribuições; Política externa; Brasil.

ABSTRACT

Non-Governmental Organizations are a non-profit group of entities whose work demand is based on the specificities of the segment of civil society. The transformations in the international field, leading to a greater role for organized civil society in social agendas, with globalization emerging and modifying the concept of the international system, a new paradigm is created. With this new context, it is possible to examine the performance and attributions of NGOs in domestic and international policies. Therefore, this research managed to study the concept and origin of these institutions as well as to identify their collaborations with the States, especially in Brazilian foreign policy, with the object of research in question being the Amnesty International entity. The work is divided into three chapters where, first, theories were selected to support the controversies of International Relations suitable. Then, in the second chapter, a brief historical survey of how NGOs emerged, the formation of their concept and the performance of NGOs in Brazilian foreign policy was carried out. The third and last chapter consists of the case study, which is Amnesty International. In this chapter, what is AI, its history and performance in the Brazilian State was presented, managing to corroborate the research using the quantitative method and the technique of document analysis. Thus, performing an analysis and identifying the collaborations of these institutions in the domestic and international policy scenario.

Keywords: NGOs; Amnesty International; Assignments; Foreign Policy; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. NOÇÕES TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	11
1.1. O SISTEMA INTERNACIONAL E SEUS ASPECTOS.....	11
1.2. ASPECTOS DO SISTEMA INTERNACIONAL: GLOBALIZAÇÃO E O MODELO WALTAZIANO.....	12
1.3. RELAÇÃO ESTADOS-ONGS: CONCEITO DE SOFT POWER.....	13
1.4. GLOBALIZAÇÃO E HEGEMONIA NUM MUNDO POLICÊNTRICO.....	18
2. PARADIGMA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGS).....	20
2.1 CONCEITO DE ONGS NO PANORAMA INTERNACIONAL E BRASILEIRO.....	20
2.2. PRISMA HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS ONGS.....	25
2.3. A EMERGÊNCIA DAS ONGS.....	28
2.4. ONG E ESTADO: CASO BRASILEIRO.....	31
2.5. ONG E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	35
3. ESTUDO DE CASO: ANISTIA INTERNACIONAL (AI).....	39
3.1. O QUE É A AI?.....	39
3.2. A ANISTIA INTERNACIONAL NO ESTADO BRASILEIRO.....	40
3.3. A GLOBALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ANISTIA INTERNACIONAL.....	42
3.4. A ATUAÇÃO DA AI (ANISTIA INTERNACIONAL) NO ESTADO BRASILEIRO.....	43
3.5. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA ANISTIA INTERNACIONAL.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

O papel protagonista que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) vêm exercendo é cada vez maior e perceptível, seja pela sua pluralidade de desempenho em variadas áreas nas quais se comprometem, seja pelo crescimento de projetos, os quais provocam o Estado a agir de forma mais assertiva. Também através da contribuição que proporcionam para solucionar problemas de cunho ambiental, econômico e social, ou, através de trabalhos visando um melhor mundo, sendo este com menos desigualdades e mais justiça social.

Nessa perspectiva, o nascimento da Liga das Nações representou um marco de suma importância no processo de incorporar as Organizações Não-Governamentais, num período em que ainda não eram reconhecidas no sistema interestadual. Por conseguinte, no ano de 1939, a Liga das Nações Unidas reconheceu as ONGs como contribuintes em suas esferas de discussões na comunidade internacional. Com a atuação em São Francisco das ONGs, na formação das Organizações das Nações Unidas (ONU), as vinculações assumiram um caráter mais formal. A conferência de São Francisco ocasionou a produção de dois artigos da Carta, 70 e 71. A Carta respondeu a muitas perturbações das Organizações Não-Governamentais, propiciando, em especial, as bases para o relacionamento dessas entidades com a ONU.

Vale salientar que as ONGs compreendem uma existência que não se pode desvincular das sociedades democráticas e da atual cena internacional. Nesse contexto, surge o estímulo para a construção de indicadores para que seu contato com diplomacia se dê de maneira mais construtiva possível. Nessa atual conjuntura preocupante, em que os Estados apresentam-se debilitados para resolução de tantas injustiças e desigualdades, se faz a necessidade da presença do Terceiro Setor mais habilitados de impulsionarem uma porção abrangente de vivências, conhecimentos, e também recursos humanos e materiais na luta contra a exclusão e pobreza.

É perceptível o desenvolvimento mundial de atuações voluntárias estruturadas, e a formação de organizações privadas não governamentais ou sem fins lucrativos. Essa é uma ocorrência típica das economias ocidentais e desenvolvidas. As populações estão se configurando, através de fundações, instituições e associações semelhantes para fornecer atividades sociais, visando proporcionar o crescimento econômico local, impossibilitar a deterioração do meio ambiente, preservar os direitos civis e buscando efetuar diversos outros propósitos da sociedade, que ainda não foram solucionados pelo Estado.

A amostra da acentuada discussão sobre a precisa terminologia aplicada para manifestar a presença de um Terceiro Setor, o autor Lester Salamon (1998), “reforça o entendimento de que a proliferação desses organismos não é acidental”. É a representação de progressos históricos ocorridos nos últimos tempos. O impulso inicial é a notória crise do Welfare State, a generalizada quebra de confiança na competência que por si só, o Estado consegue estimular o desenvolvimento econômico, preservar o meio ambiente, propiciar o bem-estar social. O Welfare State estava dificultando a ação, isentando os cidadãos da responsabilidade individual e instigando uma maior dependência das pessoas com o Estado.

Vale ressaltar que existem diversas ONGs situadas em solo brasileiro, mas que nem todas cumprem de fato com o seu papel na sociedade civil, podendo muitas vezes serem vistas como extensão para Estados desenvolvidos conseguirem adentrar em países subdesenvolvidos. Através dessa prerrogativa de que a entidade está auxiliando o Estado cooperado. Sendo assim, existe uma linha tênue dentre as ONGs que tiveram feitos e auxiliaram os países e outras instituições que serviram como ponte para a intromissão de Estados desenvolvidos fora do seu território de dominação. Para esta pesquisa foi provocado alguns questionamentos sobre o envolvimento das ONGs nas relações internacionais do Brasil. As ONGs têm produzido uma nova forma de comunicação junto ao Estado, oferecendo um outro viés para o tratamento coletivo de problemas? As ONGs podem oferecer realmente boas práticas e soluções inovadoras para problemas antigos que não tem sido solucionados pelo Estado, tanto na dimensão doméstica quanto na internacional?

O tema abordado nesta pesquisa é de suma relevância para as Relações Internacionais, tendo em vista que o Terceiro Setor exerce um papel importante para os Estados, tanto na esfera doméstica quanto na esfera internacional. A atuação crescente de organismos desse Terceiro Setor na Política externa, está se tornando maior e mais evidente através das cooperações feitas para desenvolvimento mútuo dos Estados, as quais visam deixar mais equiparadas as relações políticas e econômicas.

Essa nova configuração de relações que vêm surgindo no campo das Relações Internacionais, mesmo que nos últimos anos venha ganhando destaque é algo que precisa ser explorado ainda mais para ser cada vez mais valorizado e para que tenha maior êxito nas negociações em todas as esferas para desenvolvimento e projeção de todos os Estados na comunidade internacional. Este trabalho tem como objetivo geral apresentar o desempenho das Organizações Não-Governamentais na política doméstica e internacional do Brasil, ocasionando a partir dessa atuação uma conscientização maior do governo, da sociedade e dos empresários, de maneira geral, os quais ainda oscilam em colaborar para a formação de uma sociedade mais humana e justa. Como objetivo específico, este trabalho busca identificar as atribuições desempenhadas pelas ONGs na Política Externa do Estado brasileiro, podendo ser observada através da análise de alguns relatórios e artigos fornecidos pela Anistia Internacional.

O método escolhido para ser aplicado foi o qualitativo e a técnica neste trabalho é o da análise de conteúdo, a qual aparece como uma ferramenta para a compreensão da composição de significado através de relatórios e artigos disponíveis pelo site oficial do objeto de estudo, o qual refere-se à Anistia Internacional. Para melhor discernimento, será utilizado para análise de conteúdo o programa Iramuteq, que disponibiliza gráficos como, o gráfico da análise de similitude para melhor entendimento visual das questões que tendem a ser abordadas no decorrer da pesquisa.

1 Noções Teóricas das Relações Internacionais

1.1 O Sistema Internacional e seus aspectos

Levar em conta um estudo contemporâneo do Sistema Internacional, acarreta em procurar uma percepção dos agentes envolvidos nas variáveis que na atualidade influenciam e movem o SI. Apesar de que a função de elucidar a ordem internacional recente revela-se aos estudiosos em relações internacionais como algo desafiador, além de ser ponto de sucessiva reelaboração. A bibliografia elaborada no período mais atual ressalta as instituições internacionais com papéis significativos do SI e procurou-se achar princípios teóricos que conseguissem dar alicerce técnico ao estudo em questão. Da mesma maneira, apresentam-se em ênfase as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as evoluções da Globalização, temas da pesquisa no cenário das Relações Internacionais e aos quais, moderadamente, se estende esse estudo.

O primordial papel da utilização das bibliografias é criterioso, de modo a determinar parâmetros de pesquisa da literatura desfrutada, e as correlatas referências teóricas ao desenvolvimento histórico em estudo, que compreende a política externa como uma perspectiva tanto no jogo da vida social, como no de poder interestatal, concedida a relevância requerida dos grupamentos da SCO (Sociedade Civil Organizada) na construção de conexões estruturadas de ação e informação. James Rosenau (1986) declara que o conceito deve ser eficiente para dar aos acontecimentos em constante e rápida variação no mundo presente uma disposição do mundo em desenvolvimento que ainda está por vir:

A necessidade de teorizar – bem e mal – é particularmente necessária na política mundial de hoje. A mudança é tão onipresente na vida externa e interna das comunidades e estados-nações que antigas formulações não mais parecem confortáveis. É possível perceber que novas estruturas e processos, salvo mencionar novos valores e atores, estão emergindo e dando curso aos eventos rumo a domínios desconhecidos de experiência. Se nossa percepção ainda é vaga de que a mudança está levando a vida global a novas e estranhas direções – “se é que é possível ter consciência de mudanças no mundo sem consciência dessa consciência” - somente por uma nova teorização poderemos dar sentido e estrutura ao mundo emergente que nos aguarda. (ROSENAU, 1986, p.849).

Amado Cervo (2008) nos avisa que as teorias não são neutras, visto que as mesmas se influenciam em âmbitos de investigação delimitado e, pela falta de objetividade, posto que outras esferas de estudo ocasionaram o inverso, em suma, por não conseguirem demonstrar ser uma explicação universal, da maneira que supõem. Dispondo disso, é primordial o cuidado ao tratar as bases teóricas que constituem o estudo das Relações Internacionais e definir conceitos característicos, dada a multiplicidade de sentidos em que se fundamentam as correntes de ideias e elaboradores de teorias as quais usamos, com o intuito de nos orientar no procedimento de análise dos eventos:

Desvendar as ciladas da teoria é tarefa tão relevante quanto apropriar-se de seu conhecimento. O realismo, por exemplo, trilhou o caminho do sucesso nas universidades e meios intelectuais de todo o mundo, de modo incomparável. A desqualificação dessa corrente teórica inicia com as evidências de sua origem nos Estados Unidos, no início da Guerra Fria, por tal razão estabelecendo o Estado como agente principal das relações internacionais e a segurança como motivação primeira da ação externa. O realismo propõe ao mundo interesses, valores e padrões de conduta do Ocidente. (CERVO, 2008 p.10).

Sendo assim, Cervo consegue externar os artifícios da teoria, a qual deve-se ter todo o cuidado por conta da pluralidade de sentidos que possui. Fazendo com que a análise tenha que ser minuciosa e característica para conseguir fundamentar o estudo elaborado.

1.2 Aspectos do Sistema Internacional: Globalização e o modelo Waltziano

Com o intuito de assimilar os conceitos no que se refere aos fenômenos internacionais, analisaremos pelo prisma de Kenneth Waltz, o qual ao pergunta-se sobre os fatores que na política internacional ocasionaram as guerras, compreende que concepção mais apresentada entre os teóricos eram os aspectos internos, relacionados aos estados. Então, é sugerido por Waltz uma apuração das circunstâncias que ocasionam as guerras, que vão além das causas estruturais, criando o conhecido modelo das “Três Imagens” das Relações Internacionais.

Apropriando-se das concepções das Ciências Sociais pode-se confirmar que

o autor reconhece três distintos níveis de estudo, sendo o individual, estatal e o internacional. Mesmo com as opiniões, o modelo de Waltz é empregado como procedimento para contemplar e assimilar a existência por correntes diferentes, como por exemplo o liberalismo e o realismo. Os Internacionalistas defendem as “Três Imagens” como parâmetro na pesquisa de teoria das Relações Internacionais. Ao afastar os fenômenos contemplados por graus é provável uma excelente identificação da ação que os atores possuem em seu âmbito de atuação. O modelo Waltziano servirá como uma das vias para demonstrar o foco da presente pesquisa.

O conceito de Waltz das “*Três Imagens*” conseguem ser sucintamente explicadas como: 1) o primeiro nível conhecido como o individual, pois é relacionado às questões do homem, suas ações, sistema de crenças, percepções da realidade, cultura, tradições e escolhas. 2) o segundo nível procura focar nas estruturas domésticas significativas da nação, isto significa, no seu sistema de grupos políticos, interesses, governo e economia. É o estado atuando por integrantes da sociedade. 3) no terceiro nível, o internacional percebe o mundo doravante a concepção da anarquia, mas não restringida a essa conjuntura, como apresentam os realistas. O terceiro nível reconhece novas forças que instituem novos atores no panorama internacional, os quais fazem os Estados começarem a dividir decisões.

1.3 Relação Estados-ONGs: conceito de “Soft Power”

Tanto a globalização quanto o modelo de Waltz, ajudam-nos na compreensão do desenvolvimento que propiciou a incorporação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no Sistema internacional e no panorama internacional, contribuindo com relevantes conceitos, os quais auxiliam no entendimento da dinâmica da relação estado-sociedade. O cerne desta pesquisa, vai avante nesses dois conceitos citados anteriormente, portanto, procurou-se um terceiro conceito, o qual nos proporcionou reconhecer o por quê dos Estados usarem as ONGs como alternativa de objeto de política externa.

A perspectiva empregada para estudo é o conceito de Soft power, que foi

elaborado por Joseph Nye (1990) ao final dos anos 80, em um trabalho externado consecutivamente depois da queda do Muro de Berlim no momento em que, segundo Nye, os EUA “estavam tentando entender o seu lugar num mundo livre da definida ameaça Soviética.” (NYE, 1990) O termo originalmente em inglês soft power, foi traduzido para o português de duas maneiras, como o poder brando e também como poder suave, para esta pesquisa iremos adotar a primeira versão. Segundo Nye, na atualidade os dois tipos de uso de poder seriam o hard power e soft power. O primeiro corresponde à capacidade de um agente fazer com que os demais sigam seu posicionamento, mesmo que seja contra a vontade. Pode ser ligado à força, recompensas e à coerção (sticks and carrots). O segundo corresponde a capacidade de um agente trazer os demais livremente para seu posicionamento. Se encontra ligado à argumentação e ao convencimento. De acordo com Nye, os dois tipos de exercício de poder são relevantes, entretanto, em um mundo globalizado e marcado pelas informações e tecnologias da comunicação, a importância tocante do soft power tende a crescer.

Seu surgimento está nas políticas, cultura e nos valores de um Estado (ou de outros agentes, como organismos internacionais, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e empresas). Concepções convenientes a causas como o desenvolvimento, os direitos humanos, as políticas de saúde pública e a luta contra a pobreza colaboram para o poder de interesse de um Estado, sobretudo se existe coerência entre os valores elaborados no plano nacional e sua defesa no âmbito internacional. Essa compatibilidade entre os interesses de um Estado e as boas causas, excita não apenas outros Estados, criando coalizões, mas também outros agentes, que, por da mesma forma possuir soft power, propende a aumentar ainda mais a força do Estado.

O caso que podemos citar é o do HIV/AIDS no Brasil, pois é emblemático em relação ao soft power, devido a atração que exerce e do apoio que consegue. É, certamente, um caso característico de coerência entre a política interna e sua proteção no campo internacional. Origina-se, preliminarmente, de aspectos mais tradicionais, relacionados à cultura, como literatura, música, futebol etc. Com o fim

do período da ditadura, mas principalmente a partir dos anos 90, o Estado brasileiro passou também a ser admirado pela força da sua democracia, pelo protagonismo naquele período no campo do meio ambiente, compromisso com os direitos humanos e pelo êxito de específicas políticas sociais, como a do HIV/AIDS.

Evidente que diversos fatores diminuem o seu soft power, como por exemplo a violência nas grandes cidades e a disparidade de renda no Estado, dentre outros. Todavia, uma comparação entre o início da década de 90 e o do século XXI, com certeza será favorável no que concerne à credibilidade externa. O aumento da credibilidade corresponde com o crescimento do soft power na área específica das políticas públicas de saúde como por exemplo HIV/AIDS, graças a essas políticas prósperas adotadas pelo governo e reconhecidas pela opinião pública. Os veículos midiáticos passaram a divulgar e elogiar tais políticas.

A essa conduta positiva da imprensa, vieram acrescentar-se referências elogiosas de organizações internacionais, a exemplo da própria ONU. O relatório do secretário-geral, que precedeu a Sessão Especial, citou o Estado brasileiro diversas vezes, sendo sempre de maneira positiva:

“[...] o número de casos de AIDS, especialmente o número de mortes relacionadas à AIDS, tem diminuído significativamente, em razão do acesso generalizado a tratamentos que prolongam a vida [...] campanhas de prevenção têm aumentado o uso de preservativos [...], com um enfoque de tratamento baseado em direitos, junto com a produção local de anti-retrovirais genéricos [...] a cobertura de pacientes está aumentando no Brasil [...], onde soropositivos estão levando vidas mais longas e saudáveis” (ONU, 2001;14).

Vale a pena, dar atenção um pouco no vínculo entre o Brasil e as ONGs, tanto na esfera internacional quanto na nacional, visto que estas têm conseguido cada vez mais exercer o soft power. No estado brasileiro, esse relacionamento pode acontecer de várias maneiras. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) podem participar do estabelecimento e da implantação de iniciativas nos campos externos e internos do país. Podem colaborar com a diplomacia brasileira em eventos característicos, como por exemplo na concretização de ações na área de

cooperação técnica, ou na Sessão Especial sobre HIV/AIDS. Conseguem, também, desempenhar um papel crítico em relação às políticas adotadas pelo Estado.

Nessa relação, o desempenho das Organizações Não-Governamentais (ONGs) vêm-se ampliando. Elas não querem exclusivamente a liberdade negativa de operar na falta do Estado, querem também a liberdade positiva de induzir as políticas desse mesmo país. Não estão atormentados somente com o alcance e o limite do poder estatal, por pretenderem seguir adiante seus planos sem coerção e interferência, mas também preocupam-se com a distribuição e fonte desse poder, para que consigam participar de suas políticas e decisões. A consolidação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) é instigada por diversos fatores. Sendo um deles a consciência de que variados problemas escapam do controle do Estado, precisando ser tratados globalmente.

O outro é a impressão de devastação das utopias, as quais já não conseguem ser incluídas por uma ideologia ou partido. Somente utopias características seriam consideradas e as organizações da sociedade civil as retratam. Ademais, o fenômeno das tecnologias de comunicação e de informação tornou muito mais simples a coordenação e a ação entre os integrantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs), assim como elas próprias.

Em uma obra antes, *Power and Interdependence* (KEOHANE; NYE, 1977), produzida junto com Keohane, outro teórico das RI (Relações Internacionais). Os escritores caracterizam as dinâmicas que influenciam a política global e ressaltam os conceitos de interdependência complexa e política de poder. O primeiro conceito irá nos ajudar no entendimento das forças que afirmam as vinculações entre as nações. A obra dos autores declaram que vivenciamos atualmente o período de interdependência, essa teoria vai ocorrer entre os níveis de poder estabelecido de dureza (*poder bruto e poder brando*) adotado pelo autor.

O teórico Nye, estuda mais afundo uma percepção debatida anteriormente - a qual era que as relações interdependentes normalmente implicam em esforços e

que as alianças pela admissão tem tendência a diminuir os custos - para retornar ao pressuposto e acrescentar com as perspectivas alternativas à guerras e seus prováveis proveitos:

Tradicionalmente, o teste de uma grande potência era seu poderio na guerra. Hoje, entretanto, a definição de poder está perdendo sua ênfase em forças militares e conquistas que marcaram eras passadas. Os fatores da tecnologia, da educação e do crescimento econômico têm se tornado mais significantes, enquanto a geografia, população e matérias primas estão se tornando menos importantes (NYE, 1990, p. 156).

O autor esclarece que essas condições podem ser determinadas em dois grupos, onde se empregado equilibradamente e apropriadamente, são capazes de conseguir os resultados esperados (com menores custos). “A questão não é se atores estatais ou não estatais são os mais importantes – estados geralmente são. O ponto é que em tempos modernos, coalizões mais complexas afetam os resultados” (NYE, 1990, p.157). Para encarar essas difíceis interdependências e coalizões o autor sugere dividir o exercício do poder como o “duro” o qual representa-se em limitações econômicas e ameaça ou a utilização da força militar, do conhecido “brando” o qual concerne o domínio na política, ideologia e área cultural. Para o teórico Nye despertar a cooperação de outras nações sem utilizar os artifícios militares ou a ameaça guerreadora estabelece-se no cerne do “poder brando”, aquela capacidade de atingir objetivos através da influência e atração, no lugar da coerção.

Numa criação mais recente de Nye, “O Futuro do Poder” (2012), constitui sobre a relevância da estabilidade entre “poder bruto” e “poder brando” e dá princípio a uma nova definição, o “poder inteligente”:

[...] desenvolvi o termo “poder inteligente” em 2004 para me contrapor à percepção equivocada de que o poder brando isoladamente pode produzir uma política externa efetiva. Defini poder inteligente como a capacidade de combinar recursos de poder duro e brando em estratégias efetivas. Diferentemente do poder brando, o poder inteligente é um conceito tanto avaliativo quanto descritivo. De um ponto de vista normativo, o poder brando pode ser bom ou ruim, dependendo de como é usado (NYE, 2012, p.46).

Esse novo conceito do autor (2012) desfaz a ideia de que todo poder brando teoricamente seria “bom”, concirnam quais fossem as particularidades que se admitam ao adjetivo, todavia também desperta oportunidade semelhante à bipartição que se concede aos poderes “bruto” e “brando”. A estabilidade e a forma de utilização desses poderes coincide estar na solução da questão, como deduz Nye, ao criar a teoria do “poder inteligente”. Essas percepções nos fazem refletir sobre a hipótese de conectar a atuação adicional e a pressão que coalizões ganhadoras de atores não estatais são capazes de realizar sobre o Estado.

1.4 Globalização e Hegemonia num mundo policêntrico

A inexistência da bipolaridade própria da Guerra Fria desfez o ponto de vista claro dos países hegemônicos que se deliberam durante aquele período. Como nos esclarece Smith e Wolfish (2000) os vínculos entre os países de distintos níveis de padrões de riquezas e de desenvolvimento transformaram o mundo em um cenário multicêntrico. Assim, conseguimos descrever o nosso tempo como um período de liderança múltiplas, isto é, integrada por mais de dois pólos hegemônicos. Existe vasta adesão, como inabalável objeção ao termo, na literatura. Ele fraciona internacionalistas, economistas e estudiosos, entre os céticos e os que acreditam no advento da globalização de que esse desenvolvimento aconteceu ou encontra-se acontecendo, o qual não passaria de uma ilusão ideológica das propensões ocidentais.

A globalização, como advento que modifica o mundo num universo compartilhado de maneira imediata (CASTELLS, 1999) é uma expressão repleta de ideologias que custosamente abarcam todos os pensamentos contidos nesse processo ou o concebem de maneira imprecisa. Alguns escritores apresentam a percepção com que entendemos a globalização:

[...] um processo de maior integração da economia mundial pela movimentação de bens e serviços, capital, tecnologia e (em menor escala) de forças de trabalho, que levam ao crescente volume de decisões econômicas sendo influenciadas por condições globais. (JENKINS, 2004, p.1 apud LABONTÉ; SCHRECKER, 2009, p.4).

Debate-se ainda os diversos níveis de interpretação do advento da globalização: não como etapa estanque, e sim como um processo (CALDAS; AMARAL, 1998), ou também uma mundialização dos mercados financeiros que não ampara de forma igualitária todos os membros. (CHESNAIS, 1996). Para os céticos, o desenvolvimento da internacionalização que vem acontecendo não tem o caráter universal e nem a relevância que são atribuídos a ele. Paulo Nogueira Batista Jr. declara que a globalização é uma mentira que acentua o alcance e o peso das forças econômicas de plano internacional, isso entre aspas de acordo com ele:

[...] para marcar distanciamento e ironia. O processo de internacionalização em curso nas últimas décadas não é nem tão abrangente e nem tão novo quanto sugerem os arautos da 'globalização'. Também não tem o caráter inexorável e irreversível que se lhe atribui com tanta frequência. (BATISTA, JR., 1998, p. 126)

Na perspectiva crítica de Boaventura de Souza Santos (1999), manifesta-se o término do sistema internacional, tanto o domínio do mercado e do sistema financeiro perante um sentido hegemônico transnacional. Para Santos, a submissão a espectros de um governo mundial, agências multilaterais, também é causa desassociada dos estados nacionais. Os céticos, contudo, descartam desconsiderar a globalização como concepção ideológica baseada na estodofobia, proposta pelo neoliberalismo, com o princípio dos mercados mais acessíveis, apoiada pela rapidez de comunicações e transações em proporção mundial, apenas. (SANTOS, 1999).

Retornando a Kenneth Waltz (1999), o qual proporciona uma reflexão destituída de categorização taxonômica, porém para o teórico neorrealista já era um conteúdo de supervisão empírica da realidade que custosamente poderia ser cortado, do que posteriormente foi chamado de globalização, como descreve o autor:

As viagens internacionais tornaram-se mais rápidas, fáceis e mais baratas; música, arte, gastronomia e o cinema todos tornaram-se cosmopolitas nos principais centros do mundo, e além deles. [...] A comunicação é quase instantânea, e mais que palavras pode ser transmitido, o que torna a reduzida mobilidade da força de trabalho um fator de menor consequência. Empregos em alta tecnologia podem ser levados aos trabalhadores, ao invés dos trabalhadores aos empregos; estrangeiros podem fazer parte de equipes de design americanas sem sair de seus países. (WALTZ, 1999, p.693)

Num estudo sistêmico, Carlos Alberto do Amaral e Ricardo Caldas (1998) não compreendem o advento da globalização como fato consumado, no entanto sim como um processo que demanda passos graduais de adequação, com um indiscutível aumento das relações transnacionais. Os autores percebem uma ordem mundial menos hegemônica nas circulações de capital entre os mercados emergentes e mais policêntrica, também nota-se uma maior liberdade de informações sobre aspectos econômicos das nações ocasionados pelo progresso das comunicações. Saliem táticas necessárias à adequação da produção, agora multipolarizada e flexível, que leva em consideração tomada de decisões mais realistas sob a coerência do mercado global, o mais atual *benchmark* que é utilizado como ferramenta para analisar de modo comparativo, como referência, assim aprimorando seus processos.

A globalização inclui-se sob numerosos ângulos no debate internacionalista e a noção da supranacionalidade, vigente no debate desde a década de 1990. Todavia o aparecimento do advento da globalização, resultante da interação entre os diversos agentes do Sistema Internacional serve como base desta pesquisa, tendo em vista as grandes quebras de barreiras que esse processo de globalização no mundo ocasionou, pois gerou a abertura para novos atores no panorama internacional onde antes só tinha espaço para os Estados discutirem e negociarem entre si. Assim, com a aparição da globalização no diálogo entre os diversos agentes do Sistema Internacional promovendo essa maior abertura, conseguiremos notar no capítulo 2 como deu-se a origem dessas instituições e como elas atuam e conceituam-se.

2. PARADIGMA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

2.1 Conceito de ONGs no panorama internacional e brasileiro

Um acontecimento tão propalado e extenso como as Organizações Não-Governamentais prontamente demonstra complexidades em ensejo teórico. Encontram-se controvérsias a respeito das ordens. A mais empregada pelos

escritores que trabalham com o assunto é a do ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas).

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), conforme a resolução 2/3, de 21 de junho de 1946, estabeleceu a ferramenta de consulta com Organizações Não-Governamentais e as conceituou da seguinte maneira “organizações internacionais que não foram elaboradas por meio de tratados intergovernamentais”. Apesar de que a resolução compreende e cita as organizações nacionais, o conceito delimitou -se a organizações internacionais. Pela sua amplitude, o conceito do ECOSOC, tem-se tornado assunto de grande contradição.

A contrariedade se inicia pelo próprio termo organização não-governamental, cujo significado compreende uma imensidade de instituições as quais não são feitas parte do governo ou não foram elaboradas por ele. Isso provoca denominar iniciativas que não fazem encargo do governo ou não se misturam com o poder do Estado e que as organizações têm de realizar serviços coletivos, o qual não transpassam pelo poder do Estado. Em contrapartida isso não significa, necessariamente, que instituem sistematicamente objeções ao Estado. De maneira oposta, muitas ONGs, conforme Thereza Montenegro, em Estados relativamente democráticos, constituem objetivos de inserção de políticas públicas em cooperação com o país. Contudo, outra adversidade teria ocorrido no momento em que se iniciou a utilização da expressão não apenas para essas organizações internacionais, assim como para organizações tão somente nacionais. Nas reflexões do autor Miguel Darcy de Oliveira,

A caracterização das ONGs como ‘aquilo que não é governo’ revela a dificuldade dos Estados em aprender a verdadeira natureza de um fenômeno que tem suas raízes em ‘outro lugar’ que não a esfera estatal, com uma história, valores e modos de atuação originais. A ninguém ocorreria definir o cidadão como aquilo que não é governo. Do mesmo modo, ninguém diria que o fundamento da cidadania é não ser Estado. Significativamente, nos Estados Unidos, sociedade em que o Estado nunca foi percebido como a referência estruturadora da vida social, as organizações de cidadãos são definidas por uma outra expressão: ‘sem fins lucrativos’ (not for profit). Curiosamente, persiste a noção de uma definição pela negativa, embora aqui, a referência diferenciadora seja ao mundo das

organizações privadas operando no Mercado. (OLIVEIRA, 1999, P. 19)

De acordo com Carlos Alberto Adi Vieira (1999), abordando as diversas terminologias que têm sido dispostas a essas instituições, os autores americanos listam esse caso de maneira geral, por Terceiro Setor. Termo esse, pouco usado no Brasil. Nesta área, a expressão empregue, como nos restantes países latino-americanos, é Organização Não-Governamental, no qual também transformou-se normal tratar da OSC (Organizações da Sociedade Civil). Prontamente na Inglaterra nomeiam-se os trabalhos Charities (Terceiro Setor de Caridades). Já a terminologia que ordinariamente predomina na Europa continental, é Organizações Não-Governamentais (ONGs).

No que se refere a um sentido mais preciso sobre ONGs, considera-se a exposta pelo Instituto de Direito Internacional, como de acordo com Miguel Darcy de Oliveira, retrata-se às organizações não governamentais:

“grupos de pessoas ou de coletividades livremente criados pela iniciativa privada, que exercem, sem ânimo de lucro, atividade internacional de interesse geral, à margem de toda preocupação de ordem exclusivamente nacional”. (OLIVEIRA, 1999, P. 242)

Conforme Ricardo Seitenfus (2000) seus componentes são particulares e não Estados e conseguem definir-se como sendo organizações privadas, sem fins lucrativos, impulsionadas pela solidariedade transnacional. Desta forma, são instituições de direito privado que as atividades são direcionadas para temas de interesse público, defendendo e promovendo valores e interesses morais, contudo pode, em entendimento da natureza de seus propósitos, realizar atividades internacionais. Diante disso, as atitudes destas instituições nacionais privadas, providos de escopos sociais, é que proporcionam sua transição em ONGs internacionais.

Andréa Koury Menescal (1996) nessa conjuntura, define as ONGs como consistindo em organizações formais e desejam realizar objetivos específicos. Já

para Francisco Paulo de Melo Neto (1999), considera que são organizações sem fins lucrativos, as quais apresentam uma certa independência e desempenham atividades, programas e projetos no âmbito da política do desenvolvimento. Ademais, possui como objetivo suprimir as injustiças e desigualdades, especificamente, em Estados em desenvolvimento ou Estados do Sul. Um dos motivos que têm colaborado para deixar mais confusa a questão do conceito das ONGs é a falta de um estatuto jurídico internacional que regule as ONGs (Organizações Não-Governamentais). Somente no panorama regional, determinados avanços foram obtidos na esfera do Conselho da Europa, em 1986 com a assinatura da Convenção Europeia sobre o Reconhecimento da Personalidade Jurídica das Organizações Não-Governamentais Internacionais.

Na falta de um estatuto internacional que lide de forma homogênea, as ONGs ficam dependentes da legislação de cada país em que se estabelecem. Essas legislações são singularmente heterogêneas, refletindo sistemas políticos, tradições históricas, hábitos administrativos e outros aspectos. Determinadas legislações instigam a formação de Organizações Não-Governamentais, outras limitam; algumas determinam distinções de procedimento entre entidades estrangeiras e nacionais, outras aplicam em igualdade de condições; umas referenciam-se notadamente às ONGs, demais introduzem-se em mecanismos de caráter mais genérico.

No Estado brasileiro, as ONGs compreendem-se, no Artigo 53 do Novo Código Civil, Lei 10.406, cujo aceita, como pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, as sociedades religiosas, morais, civis, literárias ou científicas, as fundações e as associações de utilidade pública. No caso do Brasil, não existe, sendo assim, ferramenta jurídica característica que distingue as ONGs de qualquer outra instituição sem fins lucrativos. Convém a elas integrarem seus estatutos em grupos pré-existentes como os educativos, filantrópicos, culturais, religiosos e assistenciais. Em contrapartida, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) desconsidera como seus componentes, organizações assistencialistas tradicionais e entidades representativas, como associações de

profissionais, sindicatos e associações de moradores. Ademais, procura evidenciar sua independência frente ao país, às igrejas e aos partidos políticos. Esse ponto de vista mais restritivo mostra no Brasil que o termo vem assumindo um sentido diferente da sua função original pelas Nações Unidas.

Apesar de que na literatura brasileira, o termo ONGs seja a mais identificada, nota-se que a expressão adquire diversas outras denominações. Dentre elas pode ser citado a OGND (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento), a APD (Associação Privadas de Desenvolvimento), a OVPDD (Organizações Voluntárias Privadas Dedicadas em Desenvolvimento) e a AV (Centro de Promoção e Associações de Voluntários). Além dessas nomeações, diz-se ainda em ONGPs (ONGs Progressistas). Apontadas por Thereza Montenegro (1994) como instituições que desenvolvem atividades majoritariamente de educação e comunicação, assessoria, organização de movimentos populares, elaborando também a contribuição de mais de um desses serviços. O nome progressista deve-se ao caso de as mesmas estarem atraídas na mudança social, pautadas, sobretudo nas ideias marxistas, gramsciano ou, dos modernos movimentos sociais ou das igrejas progressistas.

Convém ressaltar que no Estado brasileiro, a expressão Organizações Não-Governamentais (ONGs), sempre foi ligado às instituições que apareceram, em grande maioria, nas décadas de 70 e 80, demonstrando apoio a organizações populares e movimentos sociais e de base comunitária, com propósitos de divulgação da defesa de direitos, da cidadania, na luta pela liberdade política e social e pela democracia. Destaca-se que as ONGs iniciais, além de apoiar organizações como citado a priori, abrangeram, ainda, o acompanhamento de políticas públicas e da educação. Estas tentativas de definir o que são as Organizações Não-Governamentais buscam responder às imposições de uma realidade vigente marcada por transformações e pelo avanço numérico destas instituições e por uma crescente presença dos mesmos no panorama internacional. Ainda que sua definição oficial veio à tona somente no final da II Guerra Mundial, o princípio das ONGs existe séculos passados.

2.2. Prisma Histórico do surgimento das ONGs

Uma perspectiva histórica sobre a formação das ONGs como atores internacionais, é geralmente imprecisa graças à complexidade de classificação e escassez de estudos amplos a respeito da origem destas organizações. A aparição das principais ONGs internacionais ocorre em períodos específicos e de maneira singularizada. O impulso de organização da coletividade à procura de metas comuns, é bem obsoleto.

A origem das ONGs aconteceu no século XVII. A partir de 1863, o movimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha ficou com um papel iniciador como organismo humanitário e amparo de emergência. Da formação da Cruz Vermelha até 1922 revelaram-se algumas organizações que possuíram ação política significativa no panorama internacional. Acerca delas pode-se citar: Instituto de Direito Internacional (1873); Conselho Internacional das Mulheres (1888); Aliança Internacional de Mulheres (1904); Federação Internacional dos Direitos do Homem (1922) dentre várias outras (TAVARES, 1999).

De outro ponto de vista, encontram-se instituições não-governamentais centenárias, dentre elas valem ênfase na esfera ambiental, o World Wildlife Fund-WWF e o Greenpeace. Foi fundado na Inglaterra em 1865, o grupo originário ambientalista privado no mundo, o Commons Foot-Paths and Open Spaces Preservation Society. Tradicionalmente, o surgimento dessas entidades esteve associado ao nível de participação e maturidade da sociedade. Desse jeito produz-se, especialmente, na América do Norte e na Europa Ocidental a procedência dessas entidades. É relevante evidenciar que os países do Sul identificam-se, como escopo da solidariedade das ONGs, e não como sujeitos do processo.

O desenvolvimento das instituições sociais no Estado brasileiro representaram esse quadro. As primeiras entidades caritativas apareceram na época colonial, associadas à Igreja católica, e foram, em suma, para a segurança de

idosos, crianças e deficientes. Atente-se que essas organizações contavam com a cooperação e com o apoio do Estado, em especial por não procurarem a movimentação de classes menos beneficiadas da sociedade e efetuarem função aditiva com relação às políticas governamentais. Por volta de 1823 até as proximidades da I Guerra Mundial, o número entidades privadas de caráter assistencialista e, um tanto frequente, religiosa desenvolveu de maneira sistemática e contínua até 1914. É relevante perceber que, até 1880, boa parte das organizações internacionais presentes tinham natureza religiosa, mas essa dimensão diminuiu gradativamente nos anos consecutivos. Em contrapartida, as instituições criadas nas esferas de comércio, indústria e saúde, as quais eram quantitativamente insignificantes antes de 1890, começaram a ser mais abundantes logo após o final da I Guerra Mundial.

A I Guerra Mundial teve impactos negativos sobre o desenvolvimento das corporações em geral, diversas desaparecem nessa época. Sob outra perspectiva, promoveu a formação de organismos pacifistas e a ampliação de instituições de caridade (sobretudo no Reino Unido, Nova Zelândia, Canadá, Austrália e EUA), focadas em amparar vítimas de guerra na França e na Bélgica, que se favoreceram de consideráveis recursos governamentais. Com o término da guerra, o crescimento foi readquirido, com a criação de 300 organizações privadas de caráter internacional entre 1919 e 1929, simultaneamente em que se determinavam 31 entidades intergovernamentais, dentre as quais a Liga das Nações.

Vale destacar que a formação da Liga das Nações concebeu um marco relevante no processo de incorporação das Organizações Não-Governamentais que, ainda não eram vistas por esse tempo no sistema interestadual. Em 1921, o Conselho da Liga das Nações, entendendo que o Pacto não estava referenciando as organizações internacionais não elaboradas por acordo coletivo ou tratado, decidiu considerar, de maneira abrangente, o artigo 24, o qual colocou em classe similar as organizações não governamentais e intergovernamentais. O experimento não foi, todavia, muito positivo. Em 1923, o Conselho considerou a decisão diretamente oposta, pela qual reiterou que o artigo 24 teria que aplicar-se somente às instituições

internacionais determinadas por convenções diplomáticas coletivas, segundo o pretexto de não ser interessante.

Evidencia-se que a segurança dos direitos das mulheres, perante a ótica de defesa das minorias já encontra-se nos primeiros documentos da Liga, que compreende as contestações dos movimentos feministas do período. Outra declaração de direitos inserida diz respeito à defesa da infância apresentada, em 1919, pela ONG inglesa Save de Children, a qual atua até hoje. É de suma importância realçar que em 1939, a Liga das Nações Unidas, identificava como colaboradoras em seus foros de debate, 28 organizações não governamentais. Com o surgimento da ONU (Organizações das Nações Unidas), em 1945, estas conexões assumiram um caráter mais jurídico e formal. As ONGs (Organizações Não-Governamentais) participaram da formação da ONU, em São Francisco, e tiveram alguns de seus projetos incluídos na Carta de fundação.

A conferência de São Francisco provocou a composição dos artigos 70 e 71 da carta. Tais artigos lidam independentemente das ONGs e das agências especializadas, e asseguram aos dois a alternativa de manter a ligação com o ECOSOC, sem posicioná-las em situação de definitiva desigualdade. A carta conseguiu atender a muitos anseios das ONGs expostas na Conferência de São Francisco, concedendo, os elementos preliminares para o relacionamento de tais organizações com as Nações Unidas. Na realidade, a atuação das ONGs continuou limitada às tradicionais e grandes instituições, tornando-se, apenas, no decorrer do processo de prévio preparo para a Rio-92. A Rio-92 lançou espaço para a presença das ONGs nas conferências de temas globais dispostos pela ONU. Nos encontros subsequentes, foram votadas medidas características para viabilizar o envolvimento das ONGs, que não possuem o status consultivo, nas Nações Unidas. Isso ocasionou um aumento considerável na quantidade dessas entidades nas Conferências.

2.3 A emergência das ONGs

É perceptível o desenvolvimento mundial de atribuições voluntárias estruturadas e na formação de instituições privadas não governamentais ou sem fins lucrativos. Esse é um evento específico das economias ocidentais e mais avançadas. Os cidadãos estão se organizando, através de fundações, associações e instituições parecidas, para propiciar serviços sociais, possibilitar o crescimento econômico local, impossibilitar a deterioração do meio ambiente, proteger os direitos civis e buscando realizar numerosos outros propósitos da sociedade ainda não visto pelo Estado. A manifestação das ONGs (Organizações Não-Governamentais) se tornou, fato de visibilidade. É próspera a circulação por parte dos instrumentos de comunicação, das tarefas e, também das queixas feitas por essas entidades. Dessa forma, nos anos 80 ficou famoso como a década das ONGs, e a mesma trajetória deve ser caminhada no passar do século XXI.

A amostra do forte debate com relação a correta terminologia usada para expor a presença de um Terceiro Setor, o autor Lester Salamon, “reforça o entendimento de que a proliferação desses organismos não é acidental”(SALAMON, Lester, 1998, p. 5). É a reação de desenvolvimentos históricos sucedidos nos últimos tempos - duas mudanças revolucionárias e quatro crises. O segundo estímulo é a notada crise de welfare state, a generalizada carência de confiança na competência de que o Estado, por si só, fomentar o crescimento econômico, conservar o meio ambiente e gerar o bem-estar social. O Welfare State estava contendo a iniciativa, inocentando os cidadãos da responsabilidade individual e promovendo a subordinação da população quanto ao Estado.

Seguindo a crise do Welfare State encontra-se a crise do desenvolvimento. Os impactos do petróleo na década de 70 e o retrocesso do início de 80 mudaram as concepções dos Estados em desenvolvimento. Em contrapartida, a crise ambiental global também promoveu inúmeras iniciativas privadas. A deterioração do meio ambiente pelos países subdesenvolvidos - os quais devido ao panorama de pobreza constante, acabam devastando a natureza com intuito de solucionar o problema

instantâneo de sobrevivência - associado aos modelos de desperdício, abuso e falta de atenção dos Estados ricos, ocasionou, entre 1950 e 1983, na perda de uma parte das florestas da América Central e das florestas africanas, tendo a aceleração desse ritmo nos anos 80.

Com a reverberação dessas crises, associadas a outras questões, a opinião pública, ou seja, a população em geral, decepcionou-se com o desempenho do governo. Como consequência rápida, ocorreu uma expansão das iniciativas privadas, e o aparecimento e expansão de partidos verdes na Europa Ocidental e na Europa Oriental o surgimento de clubes ecologistas ativos. Por último, uma quarta crise - a do socialismo - também colaborou para o avanço do Terceiro Setor. A alteração do crescimento econômico por retrocesso nos anos 70 auxiliou a destruir a legitimidade que o sistema comunista ainda mantinha.

Como resultado, ocorreu a busca por novas maneiras de atender as necessidades econômicas e sociais, o que provocou a formação de cooperativas e de um grupo de Organizações Não-Governamentais, que procuravam reerguer a sociedade massacrada, por tanto tempo de repressão da liberdade coletiva e individual. Outro esclarecimento para o desenvolvimento veloz das organizações do Terceiro Setor refere-se nas duas mudanças revolucionárias, que conforme Salamon, foi o progresso dos instrumentos de comunicação, que iniciou chances para a auto-organização civil e ainda o desenvolvimento conjunto, em todo o mundo, da quantidade de pessoas de classe média providos de habilidades e entusiasmados para desfrutar essas oportunidades para criar novos meios de ações sociais.

Segundo evidencia Lester Salamon, se utilizando das palavras de Alexis de Tocqueville,

"Entre as leis que regem a sociedade, uma há que me parece mais precisa e definida que todas as outras. Se os homens pretenderem continuar civilizados, ou tornar-se tais, a arte de associar-se deve crescer e aperfeiçoar-se na mesma razão da igualdade de condição. A ciência de associação é a ciência-mãe. O progresso de tudo o mais depende do progresso que ela fizer". (TOCQUEVILLE, 1997, p. 110)

Em suma, o terceiro setor aparece como portador de uma grande e nova promessa de resgatar a solidariedade e a cidadania, renovar o espaço público, humanização do capitalismo e a superação da pobreza, se possível. Uma promessa feita através de ações simples e mecanismos antigos, como a filantropia e o voluntariado, cobertos de uma aparência mais empresarial. Desse modo se promete, subentendidamente, um mundo em que são largados para trás os conflitos entre classes e os antagonismos, passando a possibilitar um maior contato com os outros atores internacionais e nacionais operantes nas diversificadas áreas.

Há alguns pontos centrais e comuns entre as ONGs (Organizações Não-Governamentais), do Sul e do Norte relevantes sendo um deles a solidariedade e outro ponto é a atuação política. No primeiro ponto as ONGs são compreendidas como instituições privadas, isto é, não pertencentes ao setor estatal, mas que detém características do serviço público. Assim, essas entidades têm favorecido à população definidos bens coletivos sociais, que nem o Estado e nem o Mercado se apresentaram aptos a suprir. Desse modo, a solidariedade acontece pois - diferente do Mercado que presume uma permuta comercial; e o Estado, o qual sustenta uma relação hierárquica com a comunidade - as ONGs (Organizações Não-Governamentais), atuam através de atos de solidariedade, colocando-se junto à sociedade para alcançar interesses comuns.

Posto isto, a solidariedade define não só a relação ONGs (Organizações Não-Governamentais) e sociedade, como também a relação entre ONGs (Organizações Não-Governamentais) do Sul e do Norte. Já no segundo ponto essas entidades, atuam em favor dos mais desfavorecidos e tem como propósito a satisfação de tais necessidades e também transformações sociais globais mediante a influência de políticas (pressure groups). Levando-se em consideração a sua função política, as ONGs (Organizações Não-Governamentais), do Sul do Norte contribuem ao processo político criatividade e imaginação. Além disso, trabalham no monitoramento do Estado democrático de direito.

2.4 ONG e Estado: caso brasileiro

A origem das ONGs no Brasil pode ser relacionada à época da Ditadura Militar. O desmoronamento das entidades políticas clássicas, como os diretórios acadêmicos de estudantes, os partidos, as entidades de bairro, os sindicatos, tal como a interrupção brusca de vivências culturais e educacionais junto às comunidades populares e tradicionais, gerou um vácuo político institucional no âmbito das esquerdas do Estado. Esse campo, no que lhe concerne, vai ser preenchido gradativamente e de maneira semi-discreta por associações de base, pouco organizadas, geralmente de caráter político-religioso, que nascem nos campos e nas periferias das cidades como intermediário de demandas das classes mais baixas. Essas organizações vão se estabelecer, num primeiro momento, possuindo como cerne as reivindicações dos trabalhadores no centro da produção (previdência social, salários, participação na produtividade, etc.) e no centro de consumo de bens coletivos (saneamento básico, saúde, educação, transporte, etc.). Num segundo momento, entretanto, esses focos se alteram, passando a outras extensões da vida social que não pertencem dentro do contraste capital e trabalho. Mostram-se, portanto, as novas demandas sociais, determinadas a partir do gênero, do étnico, da livre opção sexual, da ecologia, etc.

Os novos grupos de bairro e sindicais, vão demandar a assessoria e apoio de intelectuais conquistados dos partidos de esquerda que fugiram do exílio, das classes médias e dos quadros das igrejas cristãs. Essa combinação da intelectualidade com a militância vai efetivar-se nos polos de conscientização, educação e nos institutos de pesquisa e estudo, os quais fazem parte da origem das ONGs no Estado brasileiro. Competirá a essas organizações de caráter privado, as quais situam-se principalmente no campo do direito (na defesa dos Direitos Humanos) e educacional (assistência e formação política), contribuir na concepção das reivindicações das organizações frente ao Estado e procurar métodos que garantam a legitimidade e propagação de um plano político contra-hegemônico ao que foi determinado pela força do golpe militar.

Na década de 80, um pouco mais de uns anos posterior a origem dos institutos e centros, surgem as ONGs ainda de maneira muito inicial, no entanto já com uma denominação coletiva que passa a caracterizar uma esfera de atuação, onde os antigos militantes vão descobrir sua inserção profissional e ser identificados como tal. O novo contexto político de redemocratização e abertura, tirou os institutos e polos da semi clandestinidade e possibilitou a volta dos exilados, fazendo afluir a vivência de base dos que vieram do exterior com as do que ficaram. Estes transportavam em sua bagagem relações políticas e pessoais com as organizações de cooperação internacional, as quais foram essenciais para a formação das ONGs no Estado. Iniciava-se, assim, a compor a rede de alianças entre essas organizações de cooperação, as vivências dos polos de educação popular no Estado brasileiro e dos exilados.

Nessa mesma década, estouram os movimentos sociais, os quais vão manifestar-se na zona política como o principal agente de renovação e contestação políticas frente ao regime militar que perdia poder e legitimidade para aplicar suas medidas de força. A comunidade brasileira torna-se mais plural, fazendo surgir na sua agenda social tópicos como: questões étnicas, informatização, feminismo, tecnologias agroecológicas, mídia alternativa, ambientalismo etc. Os movimentos personalizam-se e forçam uma agenda bastante variada às ONGs, que aparecem, na sua maioria, impulsionadas por esta variedade. Esta diversificação de questões, que estende-se a agenda social naquele período, reconduz a atividade dos antigos institutos e centros, simultaneamente que dá início a novas organizações, assumidas e criadas principalmente pelos exilados.

A diversificação e o crescimento das ONGs na década de 90 são inseparáveis do contexto político, econômico e social daquele período. No cenário econômico, percebe-se no Estado um aprofundamento da crise de desenvolvimento, causada pelo aumento da dívida externa e interna e pelo perecimento da alternativa de manter-se a concentração capitalista a partir da forma baseada na fabricação e exportação de bens. Institui-se, nesta época, o domínio do capital financeiro de cunho internacional, que vai se sobrepôr à soberania e autonomia dos Estados

nacionais vizinhos, gerando uma nova ordem internacional. Estes sofrem com a perda da sua capacidade de investimentos internos, compelidos pelos consecutivos acordos acertados com o FMI, que obriga cada vez mais limitações ao desenvolvimento e crescimento nacionais. Em questões sociais, observa-se uma privatização dos órgãos públicos e serviços intermediários das políticas sociais.

Na trilha das privatizações das empresas do Estado, uma das bases do desenvolvimento capitalista das décadas de 70 e 80 no país, analisa-se ao regresso para a iniciativa privada de serviços de alimentação, saúde, transporte, educação etc. os quais eram até o momento vistos como direito dos Cidadãos e dever do Estado. No que tange a política, a conjuntura da globalização financeira retira dos Estados nacionais o papel fundamental de oferecimento de um projeto político de crescimento autônomo. O realismo político pressiona-se como uma lei natural, impedindo à população o direito de sonhar.

As utopias são discernidas com os derrotados por meio de um método ideológico que relaciona com o socialismo real todas propostas diversificadas ao capitalismo dominante. Os devidos modelos socialdemocratas são considerados responsáveis pelas crises econômicas, as quais afetam os Estados desenvolvidos na década de 90. A impossibilidade do estado de bem-estar social torna-se uma convicção que não deixa perspectiva para milhões de excluídos. Na ausência de um projeto político de inclusão social, aos governos democráticos de Estados subdesenvolvidos coube proporcionar as reformas do Estado por meio de uma desregulamentação que tira direitos sociais dos trabalhadores em benefício de um maior acúmulo do capital financeiro. Simultaneamente com este movimento de desresponsabilização do país pela direção do processo político, notou-se uma redefinição do público.

As funcionalidades de mediador da vida social e provedor do bem-estar social, que durante o processo histórico de instituição da modernidade ocidental foram gradativamente encampadas pelos Estados nacionais, voltam em parte ao menos, às instâncias privadas da sociedade. Ao recorrer ao Banco Mundial ou ao

FMI, os Estados que procuram empréstimos emergenciais junto a estas organizações internacionais não estão mais instituindo relações de mesmo nível com outros Estados soberanos. A novidade sobre as ONGs, encontra-se no fato de muitas delas reconhecerem a ação pública como uma parte da sua razão de ser e identidade. Dessa forma, as ONGs tiram do Estado o domínio da função pública e variam seus intermediadores na sociedade.

A lógica dos resultados e da eficácia que se confere nos projetos passa a indicar também os parâmetros de pertencimento e inclusão das organizações na rede das ONGs. É na características de parcerias que as ONGs vão entrar em vinculação com o Estado, levando sua ação de intermediador dos movimentos sociais para a população como um todo. Este novo período está justamente relacionado com o procedimento de autonomização e institucionalização das ONGs. Considerando a identidade de atores sociais, em oposição ao destaque na assessoria e serviço aos movimentos sociais, o qual predominou nos anos 80, as ONGs passam a operar autonomamente em nome da ética e da cidadania, com o intuito de mobilizar um espectro bastante plural de organizações e instituições da sociedade em prol da vida e contra a corrupção e violência.

Em linhas gerais, percebe-se no final da década uma diminuição considerável dos planos de boa parte das grandes ONGs, como condição dos cortes em seus orçamentos. Na trilha desse processo de especialização e fragmentação das ONGs vem a condição de uma maior profissionalização dos seus quadros, dos quais começa-se a impor sobretudo competência técnica na realização e operacionalização dos serviços. Manifesta-se assim, uma nova área profissional, a qual absorve especialmente duas classes de pessoas: as agências internacionais de cooperação, aos organismos financeiros multilaterais, os profissionais de ONGs, elaborando projetos e procurando financiamentos junto aos órgãos governamentais, as instituições financeiras multilaterais, as empresas e instituições privadas e os voluntários. Ao entrar no mercado de serviços, as ONGs também são submetidas a tornarem-se auto sustentáveis. O raciocínio que indica suas ações nesse novo cenário muda. Os princípios políticos que estiveram relacionados à militância de

esquerda, o qual esteve à face das primeiras ONGs, acabam dando lugar às preferências voltadas para ações que objetivam resultados que possam ser avaliados por critérios estabelecidos dentro do molde de projetos sociais. Já que em um momento no mercado, as próprias ONGs estabelecem demandas e procuram aumentar o seu leque de parcerias tanto no sentido do setor privado quanto das entidades internacionais e governamentais.

2.5 ONGs e Organizações Internacionais

Com o progressivo apoio mundial em benefício do desenvolvimento e da democracia, há um destaque cada vez maior na consolidação das organizações não-estatais. Outrossim, os grupos e os cidadãos de todas as partes do mundo, principalmente, nas Américas, estão demandando uma atuação mais ativa no âmbito público. Os Estados do hemisfério sul estão cada vez mais frágeis devido à importância do papel próspero que desempenham esses grupos e instituições na tomada de decisão. Organizações multilaterais e internacionais foram as grandes preliminares do conceito e as responsáveis pelo reconhecimento de todo o mundo subdesenvolvido sobre o terceiro setor.

Para o Banco Mundial, o intuito de trabalhar com ONGs acontece por conta da constatação de que estas instituições podem colaborar para a sustentabilidade, qualidade e efetividade dos projetos que patrocina. O Banco Mundial acredita que o trabalho em cooperação com ONGs possibilita absorver em seus projetos as vantagens características destas instituições. Como a inovação, em razão da pequena escala dos projetos, a inclusão da diversidade de alternativas e opiniões variadas, a participação de cidadãos locais. Outro ponto é a consulta à população favorecida, o melhor entendimento dos propósitos dos projetos pela sociedade. E a continuidade, ou sustentabilidade de projetos depois da retirada do Banco.

Outrossim, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), fortalece ações ligadas à sociedade civil. A função do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com a sociedade civil atribui-se de diversas formas. Na esfera

operacional, o Banco e seus mutuários mantém consultas com instituições da sociedade civil e com as comunidades tocadas ao longo do processo de elaboração e efetivação dos projetos. No panorama de políticas, grupos interessados conferem e expressam as táticas propostas e as regras de empréstimos. Na esfera institucional, o Banco lida com grupos na localidade para consolidar sua capacidade de ação como organizações necessárias em sociedades democráticas.

2.6 ONGs e Política Externa Brasileira

O estabelecimento da democracia gerou condições ideais para uma relação positiva no esquema interno, entre sociedade e governo. A Política Externa de um Estado democrático tem mais capacidade de instituir um relacionamento com ONGs internacionais. Segundo Miguel Darcy de Oliveira, as instituições de cidadãos são um acontecimento contemporâneo. Internamente, são motivo e resultado da explosão de demandas nacionais e locais e do apelo por direitos. Já externamente, são motivo e resultado das universalização de valores de globalização econômica e mundialização de problemas. Tanto no mundo como no Brasil, não é viável fazer diplomacia defrontando-se ou ignorando a opinião pública. O Governo não pode fechar os olhos perante os interesses e preocupações das entidades da sociedade civil.

Como mencionado a priori, as Organizações Não-Governamentais, internacionais têm exercido um papel importante para os países e entidades multilaterais nos chamados tópicos globais, como direitos humanos e meio ambiente. Internamente, elas têm desempenhado na esfera de crescimento social acumulando conhecimentos e experiências e atraindo recursos, se tornando parceiras e interlocutoras do Estado. Contudo, não provoca confusão de papéis ou em abdicação de competência. Melhor dizendo, essa relação presume o encontro de diferentes atores com pontos de vista singulares, mas que não se submetem um ao outro, nem embaralham papéis, apesar dos interesses semelhantes.

O Brasil reconhece a permanência de imensas desigualdades sociais e as circunstâncias de fatos que retratam violações dos direitos humanos. Sociedade e

governo estão hoje empenhados em diminuir essas desigualdades, impedir violações de direitos humanos e proporcionar uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana e da cidadania. Desse modo, compete ao Governo mostrar a responsabilidade e o papel dos diversificados atores envolvidos e ressaltar os esforços para soluções destes problemas. A procura por esta conversa não só corta com os aspectos reativos e defensivos do passado, como também abre caminhos para uma relação com ONGs para além de denúncias dos direitos humanos.

Ademais, compete também à representação diplomática chamar essas entidades e utilizar de seus recursos e competências a serviço das iniciativas consentidas externas para a promoção de direitos e combate à pobreza. E para que tenha-se uma conduta externa de colaboração e abertura com as ONGs é necessário que isso também ocorra no âmbito interno. Em outros termos, quantos mais a sociedade e o Estado relacionarem-se em busca da solução de problemas sociais, mais consolidados estarão para uma conduta internacional do Estado, e serão mais possível os investimentos externos ao trabalho das demandas sociais.

Desse modo, é a existência de uma relação operacional e substantiva entre Governo e ONGs, no campo interno, que gera condições para uma boa relação no âmbito externo. Isso esclarece a importância que vem obtendo a dimensão de uma ampliação da atenção empreendida pelo Itamaraty a este tipo de agente que são as ONGs brasileiras. Dessa forma, a quantidade de organizações envolvidas, áreas de interesse e diversidade de temas, fluidez das prioridades e inovação desse tipo de relação em questões de política externa, torna o diálogo interno ainda mais difícil do que o que já vem acontecendo, em alguns anos, no campo externo.

Como exemplo, pode-se citar as Estratégias de Igualdade, ordenadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e o Programa Nacional de Direitos Humanos, ordenados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos são exemplos de desempenho interno voltado para a realização dos compromissos acordados no panorama externo. Esses programas foram executados em espaços institucionais desenvolvidos pela administração federal e por iniciativas do governo, com

abrangente participação de órgãos privados e públicos. O propósito dos dois programas é atender as demandas da sociedade, e sua implantação é responsabilidade de todos.

Estes programas têm obtido legitimidade, o que torna mais fácil a tarefa da diplomacia em resolver seus emissores no universo das ONGs. Se ressalta que tem crescido a participação de instituições da sociedade civil, com sua competência e experiência, para possibilitar os planos de ação no campo de direitos humanos como no desenvolvimento social. Pertence à democracia que começou a abertura de canais de comunicação com a sociedade nas conferências globais, estimular instrumentos de ação na área da cooperação internacional para consolidar estas dinâmicas internas que apresentam as demandas da sociedade e do Governo.

As questões relacionadas aos novos tópicos globais fazem com que a diplomacia procure fora do Ministério das Relações Exteriores competências e conhecimentos característicos sobre esses temas, os quais estão hoje nas instituições da sociedade civil mais do que em agências governamentais. Um exemplo de cooperação foi o pedido do Itamaraty junto ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo para financiar o processo de criação da relação brasileiro ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. O processo de escolha foi sua habilidade na abordagem do assunto e capacidade operacional para elaborar o trabalho. Nota-se que as ONGs legitimam-se pelo que fazem e é nessa conjuntura de estabelecimento de conexões entre as competências existentes na sociedade que justificam-se parcerias entre instituições da sociedade civil e o Itamaraty capacitados para financiar ações no âmbito externo.

A política externa brasileira procura maior relação das Organizações da Sociedade Civil e da diplomacia que intuitivamente consolide e fortaleça a democracia para a proteção dos direitos humanos e promoção do crescimento com igualdade para todos. Dessa maneira, cresce a sinergia dentro de cada setor de competência, a procura de frutos que realmente demonstrem os interesses do povo brasileiro, é uma exigência dos diversos agentes que atuam no sistema de

negociação internacional. É nesse panorama que as ONGs devem buscar agir com desincumbência e representando os interesses para a finalidade, a qual elas foram criadas.

Com o entendimento do conceito e compreensão do aspecto histórico de como surgiu e procedeu-se a criação das ONGs, conseguimos avançar para o estudo de caso da presente pesquisa, o qual é a Anistia Internacional. Assim conseguiremos visualizar e compreender no terceiro capítulo, a atuação da AI no Brasil.

3. Estudo de caso: Anistia Internacional (AI)

3.1 O que é a AI ?

A AI (Anistia Internacional) é um movimento global de pessoas que lutam pelo respeito, defesa e garantia de alguns direitos essenciais proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sua origem inicia-se com a publicação do artigo Prisioneiro Esquecidos, tendo como autor o advogado Peter Benenson, no Jornal The Observer, de Londres, no dia 28 de maio de 1961. O caso que iniciou tal iniciativa foi a prisão de dois estudantes portugueses militantes opositores ao governo de Salazar, quando os dois em público comemoraram a liberdade provocando Benenson a produzir esse artigo, o qual resultou dando princípio à Anistia Internacional. O apelo foi republicado em demais jornais do mundo.

Naquele mesmo ano (1961), em julho, aconteceu a primeira conferência nacional de representantes da França, Bélgica, Suíça, Reino Unido, EUA e Alemanha, os quais decidiram instituir um movimento internacional definitivo para a proteção da liberdade de religião e opinião. Com base nesse encontro formaram-se as primeiras associações da Anistia Internacional na Holanda, Reino Unido, Suíça, Alemanha Ocidental, Itália e França. A AI conta atualmente com mais de 1.100.000 de simpatizantes e membros em mais de 150 territórios e países. É um organismo aberto a todos aqueles que brigam em proteção e defesa dos Direitos Humanos,

sendo seus componentes das mais variadas camadas sociais mostrando uma diversa gama de pontos de vista.

A Anistia Internacional trabalha com coleta de informações e dados sobre desrespeitos com os Direitos Humanos em todo o mundo. Se as informações após verificadas estiverem corretas e poderem ser integradas dentro das exigências estatutárias e do mandato de atuação, a Anistia faz contato com o respectivo governo e solicita às autoridades responsáveis que assegurem os direitos das vítimas. Por ser uma entidade respeitada em todo o mundo, a Anistia Internacional recebeu em 1977 o prêmio Nobel da Paz pelo seu desempenho em favor da justiça e da liberdade, e, portanto, em favor de toda a paz no mundo.

3.2 A Anistia Internacional no Estado brasileiro

A SBAI (Seção Brasileira da Anistia Internacional), foi constituída em 1982, na trilha da abertura política por uma turma de intelectuais em Porto Alegre. Posteriormente construiu um escritório em São Paulo. O trabalho da Seção Brasileira da Anistia Internacional gira em torno de campanhas, pesquisas, educação para os Direitos Humanos, Lobby parlamentar e legislação, trabalho no próprio país, parceria com outras ONGs. As profissões por porcentagem constituem-se em sua grande maioria de médicos, jornalistas, professores, jovens e advogados.

Na década de 99, em julho, foi feita a AGO (Assembleia Geral Ordinária) de Cabedelo (PB), a qual decidiu uma nova diretoria para o Biênio 2000/02, contudo essa diretoria foi notável por diversas atitudes que indicavam para a permanência de várias irregularidades da perspectiva ética que mancharam o mandato e machucaram os princípios que orientam a Anistia Internacional em todo o mundo como, falta de reunião do Conselho Fiscal, falta de dinamização no trabalho, falta de prestação de contas, alta de envio de documentos para o Conselho Fiscal de desenvolvimento para crescer o quantitativo de militantes e membros no Estado brasileiro.

Por causa da suspeita da aparição dessas irregularidades, tanto da perspectiva ética como estatutária, foi requisitada uma AGE (Assembleia Geral Extraordinária) da AI, a qual aconteceu em São Paulo em abril de 2000. Sendo sabotada pelos integrantes do Comitê de Cabedelo, ficando estes destruídos e no momento foi nomeado um novo Comitê Executivo para acrescentar o biênio 2000/02. O Comitê nomeado em São Paulo suportou no decorrer do seu mandato uma sequência de adversidades de ordem judicial, visto que o comitê escolhido em Cabedelo, embora ter sabotado a AGE, passou a exigir judicialmente em oposição a AI e seus integrantes tanto do Comitê Executivo Nacional nomeado na AGO em SP, quanto do Comitê Executivo Internacional.

Era perceptível que não existia vontade política para tal cargo na Seção brasileira, visto que era inexplicável que está com todas as possibilidades e potencialidades de operar em um Estado continental, fosse a menor Seção da América Latina. Atualmente encontra-se em processo de reorganização do trabalho da Seção Brasileira da Anistia Internacional, objetivando a instalação de um novo esqueleto que consiga dar suporte ao exercício da Anistia Internacional no Estado brasileiro, cuja propensão é ser posto como Estado de Alta Prioridade.

O mandato que participava o Brasil teve atuação relevante em campanhas pela formação do Tribunal Penal Internacional, dos 50 anos da DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos), na campanha em combate a tortura entre outras, além da contribuição na produção do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Um aspecto contrário do crescimento do trabalho da SBAI no Brasil, especialmente nas composições de redes de trabalho, é o fato da não existência de uma cultura de petição, mas sim uma cultura de circulação de informações através da propagação pelos meios tradicionais audiovisual e oral, por meio da televisão, redes sociais, rádios dentre outros. Nota-se que não é hábito do povo brasileiro peticionar (escrever) aos seus membros do executivo, do poder judiciário ou parlamentares reivindicando seus direitos.

3.3 A globalização do exercício da Anistia Internacional

Considerava-se no início que com o fim II Guerra Mundial (1945) e com o início da ONU como congresso de debates de ideias, que aconteceria, pelo método da diplomacia a formação de um mundo de paz construído sob os destroços deixado pelo conflito mundial. Posteriormente, com a queda da bipolaridade entre o capitalismo e o comunismo e, como resultado, da guerra fria, se fortaleceu para muitos essa noção de uma nova ordem mundial que conseguiria trazer liberdade e prosperidade para todos.

Sabe-se que, para milhões de seres humanos a realidade mostra-se diferente, pois a globalização entendida como o alastramento e com a crescente vitória de sistemas político multipartidários, da economia de mercado e da revolução tecnológica, proporcionou um aumento das contradições econômicas do pobre cada vez mais pobre e dos ricos cada vez mais ricos.

Embora a globalização não tenha se iniciado nos anos 90, é principalmente a partir desse período que seus defeitos e efeitos tornaram-se mais evidentes. De acordo com alguns economistas, o capital sempre foi móvel, o que alterou-se foi a demonstrada dependência das corporações em relação aos Estados, os quais estão tornando-se cada vez mais pequenos após essa nova onda neoliberal, isto é, a tese do Estado Mínimo, a qual cuidaria apenas das coisas que interessam muito menos ao interesse público do que a iniciativa privada.

Nesse campo de relações político-sociais e econômicas, com correlação entre o poderio econômico no controle destas poderosas corporações, existe uma concentração de riquezas gigantesca, com o fortalecimento de organizações econômicas globais como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a OMC (Organização Mundial do Comércio). Tal evento é notado pelo Ex-secretário Geral da AI Mr. Pierre Sané:

“A globalização trouxe indiscutivelmente um enorme crescimento econômico. O mundo está mais rico do que nunca, avançando

tecnologicamente cada vez mais depressa. Existe um potencial sem precedentes para erradicar a pobreza e para cumprir as aspirações da Declaração Universal dos Direitos Humanos – libertação do medo e libertação da necessidade. Mas a globalização também trouxe volatilidade e instabilidade econômicas. A crise financeira asiática de 1997 trouxe desemprego em massa e deslocamento de milhões de trabalhadores migrantes. Os efeitos incluíram a diminuição dos gastos com segurança social em países da América Latina sem ligação aparente, e um súbito aumento do custo de importação para a África, de bens essenciais. A globalização foi acompanhada por pobreza e dívidas. Mais de 80 países tiveram em 2000 um rendimento per capita inferior ao de 1990. Pelo menos 1,3 bilhões de pessoas lutavam para sobreviver com menos de um dólar por dia. A desregulamentação, as privatizações e o desmantelamento dos sistemas de segurança social, conduziram, em muitos países, ao aumento das desigualdades. A corrupção aumentou em grandes zonas do mundo, tendo a insegurança pessoal, social e política sido espalhada. Como consequência previsível e quase inevitável este aumento da pobreza foi acompanhado por uma escalada nas violações de todos os Direitos Humanos. O Muro de Berlim pode ter sido derrubado, mas os muros da pobreza, intolerância e hipocrisia mantêm-se de pé. Os novos desafios aos Direitos Humanos que a globalização acarretou estimularam a AI a adotar novas áreas de trabalho, nomeadamente dos direitos socioeconômicos e dos agentes econômicos” (SANÉ, 2001, P.18)

Dessa forma, Sané consegue exteriorizar as barreiras sociais e instabilidades econômicas que surgem com o advento da Globalização, e suas consequências, as quais afetam em sua maior parte os direitos humanos. Assim, fazendo com que erradique-se a pobreza, ocasionando o não cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em contrapartida, também estimula a Anistia Internacional a ampliar suas áreas de atuação tornando-a mais abrangente.

3.4 A atuação da AI (Anistia Internacional) no Estado brasileiro

A proteção da DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos) mostrou o seu fundamental cerne e consegue-se reiterar que a AI (Anistia Internacional) foi uma das ONGs precursoras na movimentação de indivíduos triviais em prol de ações no campo internacional. Por ser pioneiro em um panorama definido pela Guerra Fria, acumulou-lhe enorme legitimidade no âmbito internacional.

Sendo assim, a proteção da autonomia de entendimento não era ligada a um dos aspectos ideológicos que marcaram o campo internacional no período da origem da organização, o capitalismo e a democracia. Ou seja, a organização

desconsiderou os Direitos Humanos como reivindicação. Nessa época, também merece ênfase outras demandas principais para a instituição nos anos iniciais após sua origem: penas e tratamentos cruéis, ultrajantes e desumanos, oposição completa ao uso da pena de morte, tortura, execuções extrajudiciais e maus-tratos.

Pretendendo respaldar a tática de neutralidade, a AI, com dados em relatórios de advogados, depoimentos, de cartas dos presos e de parentes dos mesmos, procurava-se desenvolver dossiês de delação de desrespeito dos direitos humanos, sem ter em conta seu berço. O conjunto de iniciativa da entidade é vasto e frisado pelo caminho optado através das maneiras pacíficas de mobilização.

Desse modo, o comprometimento de seus apoiadores e ativistas assume maneiras variadas e diversas. As ações dirigem-se tanto à sociedade, quanto ao Estado. Num momento, a instituição realiza diversos trabalhos, os quais podem ser destacados os dossiês, os relatos anuais, dentre outras iniciativas que objetivam sensibilizar os cidadãos em prol das suas ações, como também envergonhar os países que violam os direitos humanos. Outrossim, também oferece auxílios emergenciais, efetiva missões, entre outros atos.

Em contrapartida, busca acordar de modo direto com o país, bem como operar junto aos organismos internacionais, como a ONU, etc. Evidencia-se a ênfase na utilização do direito como conjunto de ações e na imposição para que os países passem a adotar os métodos legais internacionais de proteção de direitos humanos. São considerados criminosos pela AI, meios agressivos de disputa política, usados pelo governo ou por militantes. Posterior ao golpe no Chile, ficou perceptível para as ONGs de proteção dos Direitos Humanos, como a Anistia que a América do Sul deveria significar o seguinte centro de suas iniciativas se desejasse ter o poder de influência na comunidade internacional.

Se os regimes autoritários da região tornavam difícil a instalação de representantes das ONGs nas localidades, como exemplo o governo do Brasil, proibiu uma missão da AI no Estado, a já dita consolidação da democracia no

panorama internacional os conferia a licitude essencial para tentar desempenhar uma atuação em circunstâncias sociais desfavoráveis. Assim, a formação de redes de solidariedade transnacionais, determinadas principalmente com os imigrantes obrigados pelos governos autoritários sul-americanos que conseguiram encontrar refúgio na Europa, definiu as conjunturas fundamentais para que as Organizações Não-Governamentais de proteção dos Direitos Humanos enfatizaram suas ações nos desrespeitos de Direitos Humanos exercidos nos seus países de origem (MARQUES, 2011).

Como consequência, as iniciativas da AI relativas ao Estado brasileiro iniciaram-se ao longo da ditadura militar de 1964, o qual ficou em evidência pelo adiamento de direitos previstos na DUDH. A definição de diversas medidas autoritárias, como o término de instituições políticas, sindicatos e partidos, aboliu demasiadamente a liberdade de associação e significou o quase fechamento de todos os meios de participação política. A restrição também foi legitimada, colocando fim na liberdade de expressão. A ditadura gerou ainda uma vasta organização repressiva determinada a todo jeito de oposição ilegal.

O Movimento Democrático Nacional (MDB) tornou-se o específico meio de oposição autorizado durante o período da ditadura, que produziu o bipartidarismo (ALVES, 2005). Contudo, para a AI, a alternativa dos ativistas latino-americanos e brasileiro pela aprovação da luta armada colocava a instituição em uma situação até então nova. Sob outra perspectiva, tinha-se intenção de divulgar as atrocidades realizadas pelos militares contra os militantes de esquerda acusados pelos exilados, por outrem, objetivava manter-se leal às suas crenças, culpabilizando as maneiras empregadas pela oposição armada no Estado brasileiro.

Assim, pretendendo viabilizar essa colaboração sem deixar o foco dos seus propósitos mundiais, circunstâncias foram impostas pelo suporte que conseguiria possibilitar um programa de envolvimento aos militantes e que cresceu a sua viabilidade de desempenho no âmbito político. Numa conjuntura marcada pelas limitações à iniciativa política imposta pela característica autoritária do governo do

Estado de origem pela imigração forçada, a colaboração com a AI poderia ser vista como uma das chances de desempenho.

O impacto alcançado pela informação documentada sobre as acusações de tortura no estado brasileiro, o qual foi divulgado em 1972, estimulou os demais ex-integrantes da oposição armada a ditadura militar no Estado brasileiro a colaborar com testemunhos para a AI. Vale ressaltar que esse convívio intensificou-se com o término da mobilização dos grupos armados e sua aderência a novas demandas na Europa, iguais à democracia. Entre as iniciativas que formavam o conjunto de atos dessa cadeia cooperadora definida entre a Anistia e os expatriados do Brasil, ressalta-se a movimentação através de petições, influência junto a organismos internacionais, além de iniciativas de conscientização ligadas aos cidadãos europeus.

Deste modo, a instituição teve um relevante desempenho no decorrer do negociado e lento procedimento de abertura política, proporcionando uma chance de operação política em circunstâncias adversas, planejando as acusações dos crimes realizados pelo exército para o âmbito transnacional e ao adquirir princípios como direitos humanos e democracia. Ao atuar desse modo, as ONGs desse caráter forçam um maior custo para a manutenção dos governos autoritários. A volta dos expatriados anterior ao fim do processo de modificação e o caráter negociador da alteração brasileira destacam que o Brasil estava a par da relevância em debater com as Organizações Não-Governamentais. Como resultado ao longo da época de transformação a AI se desenvolveu geograficamente e ampliou sua função enquanto um programa de atuação política transnacional.

Posteriormente o início da democracia, impulsionada pelo novo contexto político o qual então iria iniciar, estabeleceu no ano de 1984 o primeiro escritório da Anistia Internacional. Em 2011 a instituição abriu novamente o seu escritório no Rio de Janeiro, 10 anos depois do seu fechamento pouco esclarecido. No novo ciclo do escritório da instituição do Brasil, notável pela posição permanente reconhecida pelos Direitos Humanos no contexto político global e pelo desenvolvimento das vias

de atuação da sociedade civil, a AI retorna a envolver-se na conversa sobre o tema democracia e Direitos Humanos no Brasil.

Todavia, divergente de suas preferências determinada outrora, a AI passa a direcionar seus atos na proteção dos demais direitos além dos civis e políticos. Ela apresenta-se como um programa de ativismo transnacional, o qual objetiva acrescentar esforços com os organismos e a sociedade civil para impor ao Governo sobre variados temas. Em contrapartida, a democracia apresentou-se definitiva com a nomeação de um integrante da oposição do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, para presidente em 2002. Contudo, simultâneo a esse reconhecimento dos Direitos Humanos, o Brasil registrou grandes índices de desigualdade e violência, mostrando que a proteção dos direitos civis e políticos não era suficiente para o respeito do composto de Direitos Humanos.

A Anistia Internacional possui algumas conexões de trabalho em diversos Estados, sendo estas por exemplo, a rede médica que tem cerca de 10 mil integrantes, estruturados em equipes e redes médicas em 35 Estados. Diversas visitas internacionais da AI dispõem de médicos. Outra conexão de trabalho que pode-se falar é a rede jurídica, visto que é constituída por estudantes e juristas de Direito, os quais mobilizam-se ligeiramente para apelar por padecentes de violações de direitos humanos com o não respeito das normas do Direito Internacional ou das próprias leis do Estado violador. Essa rede foi encarregada pela coordenação da Campanha pelo estabelecimento da Corte Penal Internacional e pela assinatura do Protocolo Facultativo da Convenção Contra a Tortura e outras diretrizes e penas cruéis degradantes e desumanas.

Uma importante conexão que deve ser notada é a rede Internacional para os Contratos com Empresas, porque ao menos 30 seções possuem de um encarregado para os contatos com empresas. As equipes empresariais da Anistia Internacional têm obtido contatos com empresas que tenham suas sedes no país de origem através de debates, seminários e reuniões bilaterais, em que a Anistia tem exposto para as firmas sua responsabilidade para que com seu desempenho empresarial

cumpram preceitos de direitos humanos. Seguindo, pode ser observado também a rede internacional de mulheres, a qual é incorporada por integrantes e pessoal das Seções da AI, assim como suas organizações e equipes que atuam em trabalhos a favor dos direitos humanos das mulheres. Além de também possuir a rede de membros em apoio aos interesses de gays e lésbicas, que conta com 20 sessões onde os responsáveis em alguns Estados são bastante ativos, empreendendo campanhas no combate à violação de direitos humanos contra os cidadãos em razão de sua orientação sexual. As campanhas são alguns dos meios que a Anistia utiliza como forma de alerta e intimidar os Estado que violam os direitos humanos, no Brasil por exemplo, existem diversas campanhas como o “nossas vidas importam”, “SOS Amapá”, “Amazonas pede socorro”, “descriminalização do aborto na Argentina”, dentre outros.

As campanhas da Anistia Internacional, focam especialmente nos seguintes pilares: cooperação com outras ONGs regionais de maneira a fortalecer a proteção dos Direitos Humanos, asseguar o comando das relações policiais, militares e de segurança internacional, de modo a defender os Direitos Humanos. E também, organização de programas de sensibilização e formação para os Direitos Humanos. No Estado brasileiro a Anistia Internacional tem parceria com Greenpeace, Humans Right Watch, Comissão Arns, Instituto Igarapé dentre outros.

Sendo assim, o estudo comprovou que no decorrer do primeiro período depois da volta da instituição ao Estado brasileiro, não somente os direitos mencionados da primeira geração começaram a tornar-se privilegiados pela população, mas até mesmo os direitos da segunda geração. Por conseguinte, nessa etapa nova, é perceptível a variedade dos assuntos tratados pela instituição. Embora o direito à colaboração fique sendo tratado pela organização, eles não aparentam conceber o centro da entidade. O maior foco é direcionado aos direitos reprodutivos, das populações indígenas, ao acesso à moradia, às questões de raça dentre outras demandas que são evidenciadas pela AI.

3.5 Análise dos artigos da Anistia Internacional

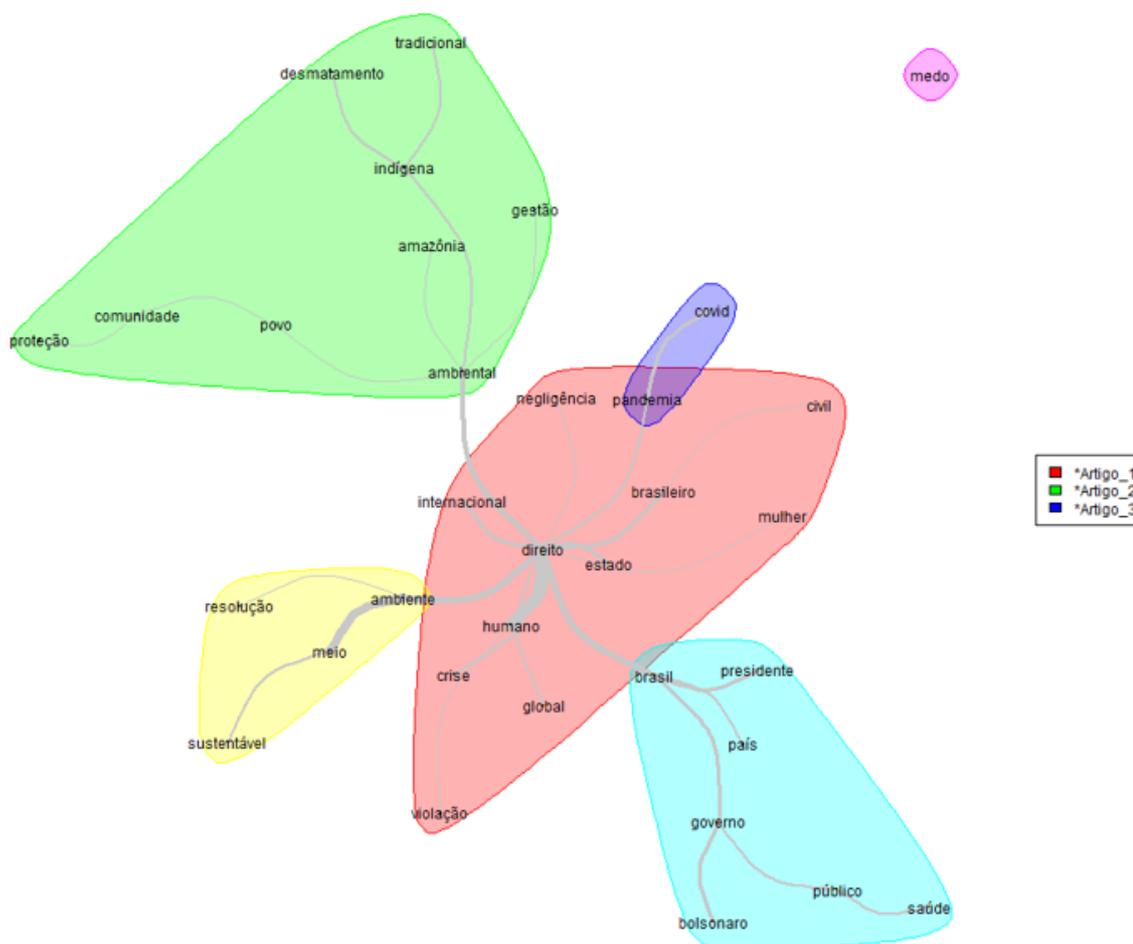
Para a composição desta pesquisa, preliminarmente foi feita uma seleção de pesquisas bibliográficas abrangendo diversas fontes, tais como artigos científicos, sites de instituições, relatórios, pesquisas em veículos de comunicação nacionalmente e internacionalmente relevantes. Sendo coletado destes, informações que pudessem corroborar os questionamentos existentes nesta pesquisa sobre a relevância do papel das ONGs na Política Externa brasileira tendo sua atuação na colaboração da defesa dos Direitos Humanos. A partir dos artigos de 2018 e 2019 selecionados e empregados ao método quantitativo através da análise documental, foi possível analisar ligeiramente os temas que a Anistia defende e luta, visando a melhora de tais questões no solo brasileiro, por meio de questionamentos que a Instituição faz ao Estado, objetivando que o mesmo tome iniciativa para melhorias.

Segundo Laville e Dionne (1999), os dados na forma bruta precisam ser separados para se tornar utilizáveis na construção dos saberes. A forma numérica de apresentação dos dados permite o tratamento e uma análise com o auxílio dos instrumentos estatísticos, o que não é de interesse para o presente artigo, visto que os dados que tomam forma literal serão objeto de uma análise de conteúdo. Uma operacionalização que facilite o trabalho do pesquisador apresenta-se necessária (LAVILLE & DIONNE, 1999), não como uma estrutura rígida mas sim como um direcionador do trabalho de pesquisa.

A partir do material escrito selecionado, fica possível analisar ligeiramente os avanços que são produzidos através do trabalho realizado pela Anistia Internacional tanto na esfera doméstica quanto na internacional, visto que a organização tem como objetivo servir como intermediário, cujo facilite a incorporação da defesa dos direitos humanos como o direito à saúde, econômico, social, direito à liberdade de expressão, cuidados com o meio ambiente dentre outros ao mesmo tempo que procura atuar como uma conexão no diálogo entre a sociedade civil e os tomadores de decisão, tanto na esfera local quanto global. Sob esse prisma, a pesquisa apresenta uma relevância, tendo em vista os conteúdos coletados e analisados,

ficou notável que mesmo de diferentes temas existe uma igualdade nos termos presentes nos conteúdos recolhidos dos artigos e relatórios disponibilizados pelo site oficial da Anistia Internacional, o qual foi possível analisar tal igualdade através do Iramuteq facilitando a similaridade e paridade entre os trechos reunidos.

Fotografia 1 - Resultado da Análise de similitude



Fonte: Iramuteq

Com o resultado da análise de similaridade ficou perceptível algumas palavras em determinados centros como: Direito, Brasil, governo, Bolsonaro, crise, violação, indígena, mulher dentre outros termos sendo estes bastante comuns nos diferentes temas debatidos nos artigos e relatórios. Assim, comprovando a hipótese do estudo em que a atuação das ONGs na política tanto nacional quanto internacional é de suma importância e contribui em diversos temas que são fundamentais para a sociedade civil global avançar com prosperidade e seguridade

de seus direitos.

Sendo assim, tais frequências dos termos acima apresentados nos alerta do que vem acontecendo ao longo dos anos no Brasil até o presente momento. Mesmo com o passar dos tempos, e tendo conquistado muito espaço no debate e na defesa, ainda enfrentamos graves problemas com a questão ambiental na Amazônia, no Amapá e em outras partes do estado, afetando não só o país brasileiro mas o mundo inteiro. Auxiliando no aquecimento global e outras catástrofes naturais, já observado pelo prisma social o Brasil vinha numa crise bastante complexa e com o surgimento da pandemia do Covid-19 a situação ficou muito mais prejudicial no solo brasileiro bem como no resto de todo o planeta, a violência contra a mulher que já tinha dados alarmantes aumentou nos últimos anos e principalmente na atual conjuntura, assim como a erradicação da fome e pobreza, e toda a situação de miséria ocasionando com que o Brasil voltasse ao mapa da fome. O mundo na contemporaneidade encontra-se em estado de alerta, por conta desse vírus e das degradações ambientais causadas pela ação do homem, cabe às nações um trabalho mútuo junto da sociedade civil e das ONGs para tentar contornar e prosperar no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurou-se analisar as transformações ocorridas ao longo da trajetória das ONGs no Brasil, as quais passaram de entidades que estavam frequente atrito com o Estado autoritário, para entidades que passam a reivindicar para si a características de atores emergentes e tomando funções antes exercidas pelo país. Nesse panorama, fica perceptível que, com o avançar das tecnologias e do tempo, tanto o Estado quanto o Mercado não estão disponibilizando condições para responder às demandas em todo o mundo, concedendo qualidade de vida e bem estar social. E, muito menos, controlar os efeitos que a globalização tem provocado. Frente a esse contexto, as Organizações Não-Governamentais aparecem não como sucessoras dos Estados mas sim como instituições que podem dar ajuda, apresentar propostas e instigar de forma positiva as políticas governamentais. As ONGs normalmente são estudadas e apresentadas pelos seus progressos e seu desempenho em proteção da cidadania. As instituições de Direitos Humanos e principalmente a Anistia, visto que é a mais global e respeitada das Organizações de Direitos Humanos, estabeleceu-se no cenário internacional por sua variada forma de atuar.

Uma organização como a AI pode utilizar-se de métodos tradicionais como por exemplo, as Ações Urgentes, para desempenhar em favor do direito à saúde, a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a alimentação, a segurança dentre outros. No plano individual a Anistia tem trabalhado tanto o equilíbrio psicológico dos seus dirigentes e militantes, quanto a proteção de seus militantes com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, visto que tornam-se exitosas e vitoriosas suas ações, gerando valores e sentimentos primordiais à condição humana. Já no plano objetivo, o trabalho da Anistia Internacional tem êxito comprovado, posto que tem salvo milhares de vidas, cuidado das vítimas e seus familiares em todo o mundo. A Anistia depara-se na contemporaneidade com uma série de desafios muito mais vastos, procurando maneiras dinâmicas de desempenho para abordar e vencer, em um mundo globalizado muito mais confuso que o da época da sua criação. Portanto, tanto no panorama brasileiro quanto no

resto da comunidade internacional os desafios estão crescendo, as crises humanitárias estão maiores e faz com que seja seguido esse viés de trabalhar junto ao Estado, colaborando e auxiliando nas suas deficiências para assim conseguir atender toda sua demanda. Assim, pode-se confirmar que as atribuições dessas organizações são de suma relevância para todo o mundo, visto que as entidades por algumas vezes conseguem trabalhar junto ao Estado de maneira a facilitar mais o incentivo de possíveis integrantes no país em questão.

Dessa forma, no momento atual que o mundo está passando, enfrentando crises relacionadas à política, economia e saúde, onde constantemente são violados os direitos humanos de diversos grupos minoritários no Brasil e no mundo. Os direitos humanos vêm sendo cada vez mais ameaçados, tendo em vista o crescente aumento da disseminação de discursos conservadores que ferem os direitos previstos em um Estado democrático. Portanto, um cenário onde existe distribuição desigual de vacinas e falta de acesso à saúde, aguçou ainda mais uma crise econômica já preexistente e ocasionou como por exemplo no Brasil a volta ao mapa da fome, o aumento das crises ambientais como do Amazonas e Amapá, tornando-se fatos perceptíveis onde podem ser notado os impactos que essas crises trouxeram não só para o Estado brasileiro como no mundo. Assim, nesse contexto que a sociedade civil presencia de frequente atentados contra a justiça social e os direitos humanos no Estado brasileiro e no mundo inteiro, ocasionados pela crise sanitária da Covid-19 que expos e reafirmou com toda intensidade as desigualdades, gerando esse cenário de devastação com desigualdades social históricas, aumento da violência urbana, ameaças recorrentes a liberdade de imprensa, dentre outros. Fazendo com que as Organizações como a Anistia Internacional se movimentam, através de ações para influenciar e pressionar os governos com bases em dados analisados previamente, campanhas e manifestações. Portanto, tendo em vista esse panorama, foi proporcionando uma maior urgência na atuação da Anistia assim como outras organizações, nessa luta em prol de uma sociedade com mais oportunidades, liberdade, igualdade, segurança, paz e justiça garantindo o controle e a continuidade dos direitos já conquistados e no avanço de novos feitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Rapport sur des accusations de torture au Brésil**. BDIC, Archives : F delta 1119(3). Recueil: Répression politique au Brésil, 1972.

ARTURI, Carlos S. “**Movimentos antiglobalização e cooperação securitária na União Europeia**”. Civitas – Revista de Ciências Sociais, vol. 4. n. 2, jul.-dez, 2004.

ARON, Raymond. **Os últimos anos do século**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1997

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Editora UnB, 1986

BADIE, Bertrand. **Le diplomate et l'intrus: l'entrée des sociétés dans l'arène internationale**. Paris: Fayard, 2008.

BADIE, Bertrand. **La diplomatie des droits de l'homme: entre éthique et volonté de puissance**. Paris: Fayard, 2008.

BAGBY, Laurie M Johnson. **The use and abuse of Thucydides in international relations**. International Organization, 48, pp 131-153.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Os Mitos da 'Globalização', Estudos Avançados**, vol. 12, nº 32, janeiro/abril de 1998.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

CALDAS, Ricardo; AMARAL Carlos Alberto. **Introdução à Globalização – Noções Básicas de Economia, Marketing & Globalização**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**, Vol. 1, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999

CERVO, Amado Luiz. **Formação de conceitos brasileiros de relações internacionais**. Carta Internacional, Universidade de São Paulo (Nupri), v. 3, n. 1, fev.2008, p. 8-25. Disponível em: <[v51n2a02.pdf \(scielo.br\)](#)>

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HERMET, Guy. **A democratização dos países emergentes e as relações entre Estado, OIGs e as ONGs.** In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLÍNÍS, Germán. Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI? Porto Alegre: UFRGS/UNESCO, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** São Paulo: Martins Fontes, 2003 - Original inglês: LEVIATHAN [1651]Esta tradução baseia-se na edição de "Leviathan" publicado por Press Syndicate of the University of Cambridge. Cambridge University Press, 1996.

KEOHANE, Robert O., **International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory.** Boulder, CO: Westview Press, 1989.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R; NYE, J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition.** Boston: Little, Brown, 1977.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. (1999). **A construção do saber, Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.;** tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ.

MILANI, Carlos; LANIADO, Ruthy. **Transnational social movements and the Globalization agenda: A methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum.** Brazilian Political Science Review. v. 1, n. 2, July-December, 2007.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor** – Rio de Janeiro: Qualitymark. 1999.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG.** São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília -UnB, 2003.

NYE, Joseph S. Jr. **O Futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2012

NYE, Joseph S. Jr. **O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada.** São Paulo: UNESP, 2002.

NYE, Joseph, S. Jr. **Soft Power. Foreign Policy**, N° 80, 1990, pp.153-191.

NYE, Joseph S. Jr.;KEOHANE, Robert. **Transnational Relations and World Politics: An Introduction**. International Organization, Vol. 25 N° 3, 1971. P. 329 – 349. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2706043?acceptTC=true%20&acc%20eptTC=true&jpdConfirm=true&seq=1>>

OLIVEIRA, Miguel Darcy de **Cidadania e Globalização: A Política Externa Brasileira e as ONGs**. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá. 2001.

OLIVEIRA, Odete Maria de.(Coord.). **Relações Internacionais e Globalização: grandes desafios**. 2 ed. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria. **Relações Internacionais & Globalização: grandes desafios**. 2.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Curitiba: Revista de Sociologia Política, vol 18, nº 36, pp. 147-174, 2010

ROSENAU, James N. **Turbulence in World Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990

ROSENAU, James N. **Before cooperation: hegemons, regimes, and habitdriven actors in world politics**. International Organization, 40, pp 849-894, 1986. Disponível em: <[Before cooperation: hegemons, regimes, and habit-driven actors in world politics | International Organization | Cambridge Core](#)>

SALAMON, Lester. **"Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor"**. In: "3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado" Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SALAMON, Lester. **A Emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global**. Trad. Andres Pablo Falconer e Alexandre Lucas Cukier. Revista de Administração. São Paulo: jan/mar. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo. "Introdução: para ampliar o

cânone democrático”. In: Santos, B. de S.. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura. **Reinventar la democracia. Reinventar el Estado**. Madrid: Sequitur, 1999

SANTOS, Enoque R. **A OSCIP e a Administração Pública: Intermediação fraudulenta de mão de obra sob uma nova roupagem jurídica**. Juris Plenum, v.95, 2007

SINGER, Paul. Globalização: afinal, do que se trata? In: GUIMARÃES, Samuel P. (Org.) **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização**. Brasília: IPRI, 1996.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: do Advogado, 2000, p. 248.

SHERER-WARREN, I. **Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola & Centro João XXIII, 1993.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília; Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: The university Press, 2006.

VIEIRA, Carlos Alberto Adi. **Relações Internacionais e Globalização: grandes desafios**. Porto Alegre: UNIJUIO, 1999.

VILLA, Rafael A. Duarte. **Formas de influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política. Nº 12 pp 21-33, 1999. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/238/23801202.pdf>>

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark. V. **International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond**. Denver: University of Colorado, 1998.

WALTZ, Kenneth. **Globalization and Governance. Political Science and Politics**, Vol. 32, No. 4, p. 693-700. American Political Science Association, 1999.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, Kenneth. **Man, the State and War. A Theoretical Analysis**. Nova York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, Kenneth. **Government and Governance**. American Political Science Association. Political Science and Politics, Vol. 32, No. 4, 1999, pp. 693-700

Disponível

em:

<<https://www.jstor.org/stable/420158?&acceptTC%20=true%20%20jpdConfirm=true>

>

WOLFISH, Daniel, SMITH, Gordon. **Governance and Policy in a Multicentric World**. Montreal: Canadian Public Policy – Analyse de Politique, Vol. XXVI, Supplement 2, 2000.